



Nº 1140 - Semanal
0,50 €

7 Fevereiro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
Internet www.ps.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

OS ROSTOS DAS NOSSAS LISTAS



PS APROVOU LISTAS

O PS parte para as próximas legislativas com as melhores listas de sempre. Os nossos candidatos são mulheres e homens de grande saber, qualidade, competência, e políticos de nomeada. Ultrapassada a delicada e complicada constituição das listas, verifica-se a existência de 11 novos cabeças de lista, a presença de 13 candidatos independentes, a colocação de 26 mulheres em lugares elegíveis, havendo ainda a destacar que no conjunto, e para um universo previsível de 115 parlamentares, a apresentação de 23 candidatos pela primeira vez, sendo que a renovação passa também por colocar em lugar de eleição 26 caras novas.

► Páginas centrais

FERRO RODRIGUES GARANTE

FARMÁCIAS SOCIAIS IRÃO PARA A FRENTE

► Páginas 5

MOSTEIROS

PRESERVAÇÃO GLOBAL DO PATRIMÓNIO

Numa era de globalização selvagem, apenas os países que sabem proteger a sua história têm condições para vencer o futuro.

O Governo está apostado na preservação do passado histórico-cultural de Portugal, ciente de que esta é uma componente fundamental do seu desenvolvimento económico e de sobrevivência face aos impactos da competição mundial dura e desenfreada.

► Página 7

MORREU RAUL RÊGO

COMBATENTE DA LIBERDADE E DA FRATERNIDADE

► Página 3

A SEMANA REVISTA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, em conferência de Imprensa, reafirmou a sua determinação na criação de cem farmácias sociais e condenou os ataques de que vem sendo alvo por parte da Associação Nacional de Farmácias. Só um pedido de desculpas formal por parte da ANF criará as condições para que o PS volte a dialogar com aquela organização corporativa.

Na qualidade de candidato a primeiro-ministro, Ferro Rodrigues, participou no ciclo de conferências promovido pela SEDES, sobre o tema: "Pensar Portugal, pensar o futuro", onde defendeu a partilha de responsabilidades do Estado e dos agentes económicos tendo em vista a modernização da economia.

A direcção do PS reuniu-se com os presidentes da banca em Portugal. Ambas as partes se declararam contra a ideia da privatização da Caixa Geral de Depósitos proposta pelo líder do maior partido da oposição. Ao longo da semana, Ferro Rodrigues manteve encontros com representantes de diversos sectores, nomeadamente com o Conselho de Reitores, a Confederação da Indústria Portuguesa e a Confragri.

O socialista António Paiva, presidente da Câmara de Alvíto, foi eleito presidente da Associação de Municípios do distrito de Beja.

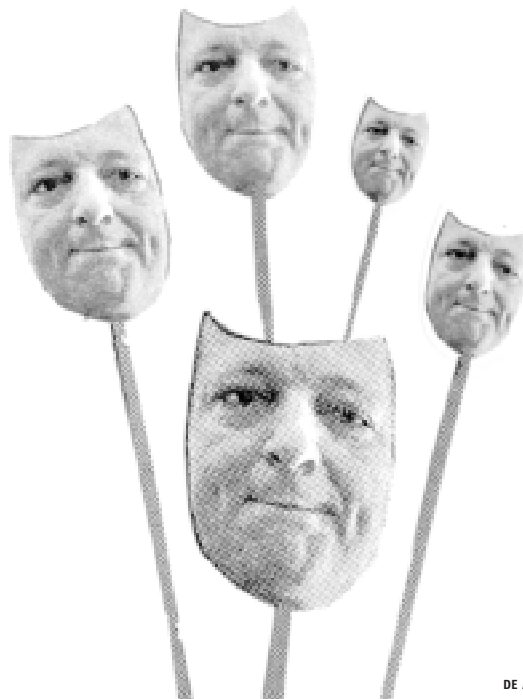
Com a presença de Mário Soares decorreu em Porto Alegre, no Brasil, o II Fórum Social Mundial, enquanto em Nova Iorque se encontrava reunido o Fórum Económico Mundial. A problemática das alternativas à globalização prendeu as atenções mundiais.

Em Nova Iorque, o ministro Jaime Gama analisou com o presidente do Conselho de Segurança da ONU, Adolfo Sinser, a situação humanitária em Angola, e reuniu-se com Kofi Annan com quem abordou a próxima Conferência de Lisboa sobre o terrorismo, a realizar no âmbito da presidência portuguesa da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

MÁSCARAS

Avô Cavaco, tu e o Durão Barroso (José, verede Blair, «sem pronómico espanhol») não fizeram parte do mesmo Governo?!!!



FOTOMONTAGEM
DE ANTÓNIO COLAÇO

O povo, a quem cabe a escolha, vai decidir entre nós e os outros, entre um projecto de justiça social e de coesão nacional e um modelo neoliberal, do salve-se quem puder, que favorece quem mais tem e menos precisa.

EDITORIAL

NÓS E OS OUTROS

SILVINO GOMES DA SILVA

Fechado o *dossier* das listas de candidatos a deputados, apresentadas as primeiras propostas eleitorais em que a novidade vai para uma nova geração de políticas sociais, e nomeadamente, a já polémica criação das cem farmácias sociais, ultimado o Programa de Governo e feita a apresentação pública dos nossos candidatos, o PS está pronto para a batalha das legislativas.

O secretário-geral do Partido Socialista e candidato a primeiro-ministro está em grande forma, tendo sido o primeiro dos líderes partidários a apresentar ao eleitorado ideias e novidades, como aconteceu durante a Convenção. Ferro Rodrigues mostra-se à vontade e autêntico frente as câmaras televisivas e perante os microfones das rádios. Por outro lado, as promessas eleitorais que fez até agora são todas compatíveis com o cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento.

Sendo a avaliação dos últimos seis anos de governo globalmente muito positiva para as nossas cores, não há razão para dar ouvidos aos "velhos do Restelo" que auguram maus resultados para o PS, nem motivo para deixar que o desânimo ou o desalento se instalem entre nós. Pelo contrário, é preciso combater a ideia de que a onda laranja se agiganta e se prepara para nos submergir.

Num quadro em que os socialistas são o centro de todos os ataques provenientes não só dos nossos adversários políticos, mas também de alguns *lobbies* e de organizações corporativas, com a comunicação social a fazer nitidamente o jogo do PSD, o nosso caminho para a vitória tem de ser determinado pela afirmação positiva de ideias e do programa que vamos apresentar ao eleitorado, sem demagogia nem populismo, falando verdade e separando as águas da diferença relativamente

ao PSD e ao PCP.

Porque "só se deixa vencer quem desiste de lutar", como tantas vezes recorda Manuel Alegre, o PS está unido em torno da liderança de Ferro Rodrigues, confia no seu projecto como sendo o melhor para Portugal, e com os militantes mobilizados não há nenhuma razão para deixarmos de acreditar na vitória a 17 de Março. Tanto mais que aquilo que se conhece das propostas da oposição seriam, no caso de virem a ser aplicadas, o descalabro das finanças públicas, uma vez que todas elas apontam para a diminuição da receita, para o aumento da despesa, sendo, portanto, inconsequentes e quase sempre demagógicas.

O povo, a quem cabe a escolha, vai decidir entre nós e os outros, entre um projecto de justiça social e de coesão nacional e um modelo neoliberal, do salve-se quem puder, que favorece quem mais tem e menos precisa. Acreditamos que os portugueses voltarão a confiar em nós para conduzir os destinos desta terra, para continuar a levar o nosso país em direcção ao progresso e ao desenvolvimento.

Pena de ouro do jornalismo português, resistente antifascista, maçom, republicano, democrata e fundador do PS, Raul Rêgo morreu aos 88 anos, em Lisboa, após doença prolongada. Deixa-nos o legado de uma vida ancorada em princípios e valores.

MORREU RAUL RÊGO

COMBATENTE DA LIBERDADE E DA FRATERNIDADE

"Homem de um só rosto e um só parecer", como lhe chamou o camarada Manuel Alegre, Raul Rêgo foi director do jornal "República", voz da oposição democrática ao Estado Novo. O prestígio granjeado pela sua luta tenaz contra a Censura à frente deste matutino foi de tal modo relevante, na fase final do marcelismo, que o general Spínola chega a pensar nele para chefiar o I Governo Provisório, mas Raul Rêgo recusou, acabando no entanto por ocupar o cargo de ministro da Comunicação Social. Deputado desde a Constituinte, Raul Rêgo ocupou o lugar de deputado na bancada parlamentar do PS, sem nunca ter interrompido o mandato até finais da década de 90.

Homem de profundas convicções, fica para a história do Parlamento, durante a votação da Lei do Aborto em Fevereiro de 1997, o seu esforço para comparecer - numa cadeira de rodas - na votação deste importante diploma. Raul Rêgo nasceu em Morais, aldeia perto de Macedo de Cavaleiros, em Trás-os-Montes., em 1913. Estudou num seminário em Viana do Castelo, tendo concluído o curso de Teologia em 1936. Abandonou a carreira eclesiástica logo no ano a seguir, tendo-se tornado ao longo da vida um militante anticlerical.

Membro da Maçonaria, acaba por ascender a grão-mestre do Grande Oriente Lusitano em 1988, em cuja sede, o palácio da Rua do Grémio Lusitano, o seu corpo foi velado.

Raul Rêgo manteve desde muito novo uma intensa actividade contra o Estado Novo. "Persona non grata" para o regime salazarista, é preso três vezes pela PIDE.



Professor no Colégio Moderno, dirigido na altura pelo pai de Mário Soares - João Soares, que foi ministro na I República -, acabaria por ser afastado em 1939 por pressão de Carneiro Pacheco, ministro da Educação do ditador de Santa Comba.

Pena de Ouro da Liberdade

Raul Rêgo vê-se então obrigado a dar explicações de Latim e a entrar para a agência Reuters como tradutor e como redactor para o "Jornal do Comércio", colaborando ainda na "Seara Nova".

Redactor do "Diário de Lisboa" desde 1960, foi

director do jornal "República" desde 1971 até Maio de 1975, quando o diário foi ocupado por elementos da extrema-esquerda e por comunistas. Raul Rêgo e toda a redacção resistem, com o apoio do PS, que faz deste triste episódio um estandarte na luta contra a tentação totalitária. O "caso República", que ganha relevo internacional, valeu-lhe a Pena de Ouro da Liberdade, atribuída pela Federação Internacional dos Directores de Jornais. Depois do encerramento do "República", funda "A Luta" e o "Portugal Hoje", dois jornais com vida breve, mas nunca deixou de colaborar regularmente com outros meios de comunicação.

J. C. C. B.

REACÇÕES

"Era um homem sério, um grande militante do partido e um homem combativo"

Ferro Rodrigues

"Foi um homem generoso, fraterno e bom, sempre fiel aos seus valores libertários e às suas convicções socialistas. Curvo-me comovidamente perante a sua memória"

Mário Soares

"Era um homem de grande coragem e de grande carácter, sendo uma das referências do PS"

Almeida Santos

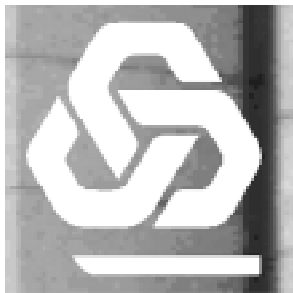
"Era um homem de um só rosto e um só parecer. Muitas vezes chamei-lhe o último republicano, pela firmeza das suas convicções e pela veemente defesa que fazia dos valores da cidadania, da justiça social e da liberdade"

Manuel Alegre

ENCONTRO COM BANQUEIROS

TODOS CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA CGD

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, reiterou a sua oposição à privatização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) num encontro realizado na sede nacional do Largo do Rato com representantes da Associação Portuguesa de Bancos, houve sintonia de posições quanto à análise da situação económico-financeira do país.



O encontro realizou-se a convite do candidato socialista a primeiro-ministro, que pretendeu recolher contributos e sugestões susceptíveis de incluir no programa de Governo. Na reunião do líder do PS com os banqueiros

João Salgueiro, António de Sousa, Jardim Gonçalves, Ricardo Salgado e Artur Santos Silva, que se prolongou por mais de duas horas, um dos assuntos abordados foi a extemporânea proposta avançada por Durão Barroso de

privatização da CGD.

Em declarações aos jornalistas no final da reunião, João Salgueiro, antigo presidente da CGD, disse que uma decisão como a de privatizar o banco estatal português só deverá ocorrer "quando a Espanha também privatizar as suas caixas económicas» públicas, que considerou "muito poderosas".

Manifestou-se ainda preocupado com a possibilidade da venda do grupo bancário público poder realizar-se num quadro de descontrolo das contas públicas. "A receita não pode servir para resolver o problema do desequilíbrio das contas públicas", sustentou. Comentando a reunião com o líder do PS, João Salgueiro revelou ter havido sintonia de posições no que respeita ao diagnóstico do país e adiantou que Ferro Rodrigues está consciente dos problemas e dos desafios que se colocam a Portugal e que preocupam o sector bancário. O antigo presidente da CGD voltou a insistir na

questão da produtividade/competitividade. "Temos o desafio da competitividade, porque Portugal vai enfrentar uma concorrência acrescida nos próximos anos, e temos um desafio de equilíbrio das contas públicas, que terá de ser resolvida nos próximos dois ou três anos".

António Costa, que falou pelo PS no final da reunião, lembrou a importância do sector financeiro "como parceiro", até porque os bancos dispõem de "informação real das famílias".

O coordenador do programa de Governo do PS referiu ainda que o problema central do país reside hoje na competitividade da sua economia e sublinhou que a tributação das mais-valias é uma questão "resolvida, ultrapassada e encerrada".

O encontro com os responsáveis da APB seguiu-se à audiência concedida ao Conselho de Reitores da Universidade Portuguesa.

PALESTRA NA SEDES

FERRO DEFENDE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Ferro Rodrigues referiu que a sua política económica tem por objectivo conseguir o equilíbrio orçamental, garantindo por isso que não embarcará em facilidades durante a campanha eleitoral.

Ao intervir na terça-feira numa palestra organizada pela SEDES onde expôs as linhas-mestras do programa do PS para a economia,

Ferro Rodrigues defendeu uma política de rigor na despesa pública, que passa não só pela estabilidade orçamental do poder central mas de todos os outros sectores da administração.

Quanto à proposta do PSD de redução da taxa mais alta do IRS e o aumento do IVA, Ferro Rodrigues reafirmou que se trata de uma

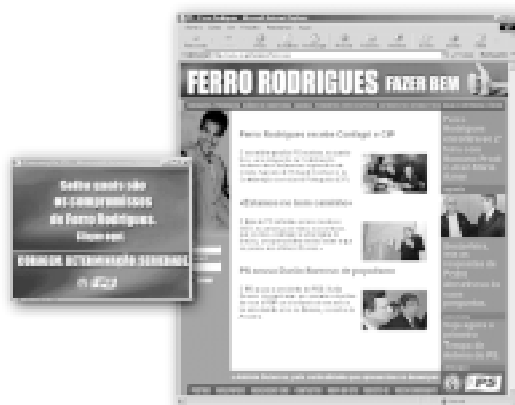
medida socialmente injusta. E no que toca ao IRC, o líder do PS defende uma redução selectiva, ou seja, considera que os impostos das empresas devem baixar mas apenas em função de determinados objectivos. Nesse sentido, propõe que só as empresas que apostem em inovação tecnológica, na qualificação dos trabalhadores ou que

estejam localizadas em zonas do País consideradas prioritárias para a coesão nacional, beneficiem de uma diminuição do IRC.

A moderação salarial, a substituição da sisa pelo imposto de selo e a reformulação do imposto automóvel são outras das medidas preconizadas pelo PS.

NOVO SITE DO PARTIDO SOCIALISTA

WWW.
ps.pt



FERRO RODRIGUES GARANTE

FARMÁCIAS SOCIAIS IRÃO PARA A FRENTE

O líder do PS considerou que a ANF lhe está a fazer um «inaceitável ataque político ilegítimo», garantindo que enquanto não lhe for feito um pedido de desculpas formal, o PS não dialogará com os representantes dos farmacêuticos. «Agora, ficarão à porta», disse. Ferro Rodrigues, que falava na segunda-feira numa conferência de Imprensa na sede nacional acompanhado por Correia de Campos e Paulo Pedrosa, referiu que não pode «aceitar ou ignorar» a reacção «extremista, incorrecta e inadmissível» da ANF à sua proposta de criação de cem novas farmácias sociais, caso seja eleito primeiro-ministro.

Uma reacção que, disse, não o surpreendeu, já que «tinha alertado para o facto de haver, em Portugal, organizações corporativas que não olham a meios para impedir quaisquer medidas, por melhores que sejam para as populações, desde que admitam que possam beliscar os seus interesses».

Adiantou ainda que «não há memória de uma organização corporativa atacar tão violentamente e tão fora de todas as regras do debate democrático um dirigente político em pré-campanha eleitoral», através de anúncios pagos onde é publicitada a carta «insultuosa» que diz lhe ter sido dirigida, e afixando cartazes envolvendo o seu nome «nesse mesmo contexto insultuoso e difundindo folhetos com essa mensagem». E fá-lo, acrescentou o líder do PS, «sabendo que não posso defender-me em condições iguais, devido ao pré-eleitoral em que estamos».

Ferro Rodrigues reafirmou que «as farmácias sociais são necessárias, ajudarão a racionalizar os custos da saúde, melhorarão o acesso dos cidadãos aos medicamentos, serão instrumentos importantes de difusão dos genéricos e serão geridas por instituições de carácter social que já hoje desenvolvem um trabalho assinalável nas comunidades locais, em todo o país».

Para que «não haja dúvidas», o secretário-geral do PS assegura que consigo no comando do Governo as cem farmácias sociais serão criadas e promete colocar «os grupos de pressão no lugar que lhes é próprio numa sociedade democrática».

«Os corporativismos instalados não pode sobrepor-se à vontade dos portugueses, nem à necessidade de resolver os problemas do país», acrescentou.

Medicamentos poderão baixar 35 por cento

Presente no encontro com os jornalistas, Correia de Campos, instado a dar exemplos sobre a forma como as farmácias sociais vão beneficiar os portugueses, nomeadamente em



Ferro Rodrigues reafirmou a sua determinação em criar cem farmácias sociais, assegurando que os «insultos e ameaças» da direcção da Associação Nacional de Farmácias (ANF) não o farão «vacilar um segundo ou afastar um milímetro» no objectivo de «melhorar o acesso dos cidadãos aos medicamentos».

GOVERNO PS PODERÁ REVER PROPRIEDADE FARMACÊUTICA

O ministro da Saúde admitiu que a questão da propriedade das farmácias «poderá ser revista» num futuro Governo do PS.

Segundo Correia de Campos, a atitude da ANF «está a criar na opinião pública dúvidas sobre o facto de as farmácias terem o monopólio da propriedade dos estabelecimentos farmacêuticos». Considerou que a reacção «agressiva» desta organização de interesses à proposta de criação de cem farmácias sociais avançada por Ferro Rodrigues «é um ataque directo ao bolso e ao bom senso» dos portugueses.

Correia de Campos disse ainda não compreender o «temor» e «agressividade» da ANF face a uma proposta que «permitirá melhorar a prestação de serviços farmacêuticos à comunidade».

termos de preços dos medicamentos, o ministro da Saúde afirmou que o efeito conjugado do aumento das farmácias sociais e da introdução dos genéricos poderão baixar em mais de 35 por cento os custos do Estado com medicamentos.

De acordo com o titular da pasta da Saúde, a progressiva criação de farmácias sociais permitirá baixar os custos das comparticipações estatais (e dos utentes) com os medicamentos porque «ampliará a difusão dos genéricos», mas também «porque funcionará numa lógica» diferente relativamente às farmácias comerciais.

Nas farmácias comerciais, segundo Correia de Campos, o lucro «resulta de uma proporção em relação ao volume de venda», enquanto nas sociais se baseará «na capitação», ou seja, por número de utentes.

Além deste aspecto, «as farmácias sociais permitirão a venda dos medicamentos numa dosagem realmente ajustada à patologia de cada doente».

J. C. CASTELO BRANCO

ACÇÕES DE PRÉ-CAMPANHA

Ferro Rodrigues não vai parar até 17 de Março. O ritmo será intenso porque o tempo é escasso. A par das campanhas distritais que cada federação e respectivos candidatos a deputados vão montando em cada círculo eleitoral, decorre a do nosso secretário-geral que pretendemos colocar de novo em S. Bento.

No período de pré-campanha, que já vivemos aliás, Ferro Rodrigues tem na agenda uma primeira volta ao país. Entre 13 e 24, o líder socialista visitará alguns distritos numa lógica selectiva de presenças.

As questões da coesão social e do desenvolvimento regional constituem o fundamental da mensagem política nestes primeiros contactos directos com o eleitorado.

Mas já no próximo sábado, os nossos cabeça de listas têm agendado um encontro em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, onde deverá ser trabalhada estratégia eleitoral em cada um dos círculos, analisados os contornos globais da campanha e seus objectivos, e afinado o discurso político.

Ainda durante a pré-campanha, será constituída uma Comissão de Honra da candidatura de Ferro Rodrigues composta por mais de seiscentas personalidades, devendo a sua apresentação ocorrer no dia 14 de Fevereiro no Convento do Beato.

AGENDA EUROPEIA

FERRO COM PRODI E AZNAR

Aos candidatos a primeiro-ministro, em vésperas de eleições nacionais, está sempre reservado um périplo europeu para encontros com os principais responsáveis políticos de União Europeia. É da praxe a visita ao presidente da Comissão e ao presidente em exercício do Conselho, bem como a outros primeiros-ministros, cuja afinidade política ou geográfica seja maior.

Cumprindo esse percurso, Ferro Rodrigues encontra-se segunda-feira de manhã em Madrid, com José Maria Aznar, primeiro-ministro espanhol e presidente em exercício do Conselho, e à tarde estará em Bruxelas para uma reunião com Romano Prodi, presidente de Comissão. A agenda europeia, nomeadamente a problemática da CIG do pós-Nice, o alargamento aos países do Centro e do Leste europeu, a participação de Portugal na União Europeia, serão alguns dos pontos a abordar.



DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PS FACE AO ANUNCIADO CHOQUE FISCAL DO PSD

A credibilidade do sistema político e a confiança entre eleitos e eleitores exigem falar verdade ao país e os portugueses querem que os líderes políticos falem uma linguagem de rigor e de verdade, como condição para neles confiarem. O Partido Socialista acredita que só um programa eleitoral com propostas credíveis, viáveis e verdadeiras terá condições para granjear o respeito e o apoio dos eleitores. No entanto, o líder do maior partido da oposição tem-se multiplicado, nas últimas semanas, num conjunto de promessas avulsas, mal fundamentadas e ao sabor das circunstâncias que não são credíveis, seriam irresponsáveis se alguma vez fossem aplicadas e que contradizem mesmo outras declarações do seu partido.

O líder do PSD fez um conjunto de declarações não fundamentadas e irresponsáveis sobre o volume do défice das contas públicas e não hesitou sequer em prejudicar a imagem de Portugal, ao fazê-las no âmbito de uma visita à sede da União Europeia.

Porém, logo de seguida e em contradição consigo próprio fez um conjunto de propostas eleitorais que só poderiam ter como consequência um aumento do défice.

O líder do maior partido da oposição começou por prometer um hipotético choque fiscal que,

se fosse verdadeiro, teria como inevitável consequência o aumento do défice que ele tanto critica, por via da diminuição da receita do Estado.

Estas propostas ligeiras e, certamente, impensadas do Dr. Durão Barroso, pelo coro de críticas que provocaram, não reúnem sequer a concordância de importantes figuras do próprio PSD como se verifica pelas críticas que reputados economistas do PSD tornaram públicas, nomeadamente quanto às propostas de redução da receita.

Aliás, o líder da oposição acabou por confessar que apresentara como um corte do IRS e do IRC apenas uma disfarçada substituição de impostos, pelo aumento do IVA e o consequente aumento geral dos preços.

O PSD propõe, afinal, uma redução cega do IRC e no caso do IRS, cujo efeito é sensível apenas acima de mil e cem contos de rendimento médio mensal, e compensar a receita que assim perde com aumento do IVA pago por todos os contribuintes o que, como qualquer economista bem sabe, iria sempre penalizar principalmente os rendimentos da classe média e dos pobres, que são quem é forçado a consumir uma maior parte do seu salário mensal.

As propostas fiscais do PSD são, portanto, um embuste e uma espécie de Robin dos Bosques

ao contrário, quer dizer tirar mais IVA aos salários das classes médias para haver menos impostos para quem mais tem.

O agravamento forte do IVA, inevitável com as propostas do PSD, seria antes de mais uma má política económica.

As propostas do PSD em matéria de impostos não passa de uma tentativa disfarçada de passar um CHEQUE FISCAL em benefício dos que na sociedade portuguesa mais rendimentos têm e, portanto, menos precisam.

O Partido Socialista assume perante os portugueses o compromisso solene de falar verdade, de propor medidas viáveis e reformistas, sem ceder à demagogia e à tentação de propostas fáceis de fazer mas impossíveis de aplicar.

A política fiscal de um futuro governo do PS, com a renovação da confiança dos portugueses, será norteada pelo compromisso assumido pelo país, de redução gradual do défice para atingir um *défice zero*, em 2004. Esta meta, estabelecida também para os restantes estados membros da União Europeia, está perfeitamente ao alcance de Portugal e é compatível com o desenvolvimento do país e da economia portuguesa.

Para a consolidação orçamental o que é

fundamental é conjugar três pontos: exigência na despesa pública, um quadro fiscal estável e credível, o reforço do combate à fraude e à evasão.

As reduções de impostos terão de ser limitadas e selectivamente dirigidas ao estímulo da competitividade da economia. O IRC deve ser cuidadosamente ponderado, por exemplo, para aumentar o seu poder de incentivo à inovação das empresas, à produtividade e à capacidade de competirem com as empresas concorrentes de outros espaços da União.

O PS apresentará em breve o seu programa eleitoral, com contributos de muitos portugueses de todos os quadrantes da vida pública, para o qual pedimos a atenção dos portugueses.

Nesse programa o PS dá grande atenção a vários sectores e a várias medidas de reforma que são perfeitamente possíveis de realizar num quadro de firmeza, concertação e rigor, para melhorar a administração pública, a saúde, a educação, a qualificação e a empregabilidade dos portugueses.

Mas o programa do PS não cairá na tentação de incluir propostas que não tenham em conta os objectivos centrais do país de alcançar o equilíbrio das contas públicas e cumprir o programa de estabilidade e crescimento.

Numa era de globalização selvagem, apenas os países que sabem proteger a sua história têm condições para vencer o futuro. O Governo está apostado na preservação do passado histórico-cultural de Portugal, ciente de que esta é uma componente fundamental do seu desenvolvimento económico e de sobrevivência face aos impactos da competição mundial dura e desenfreada.

São Martinho de Tibães foi, nos séculos XVII e XVIII, um pólo difusor de tendências estéticas no norte de Portugal. No passado dia 2 foi palco da assinatura de um protocolo entre o Estado e a Arquidiocese de Braga, que prevê a ocupação de alguns mosteiros por comunidades religiosas. Hoje é um exemplo de recuperação do património monástico. Mas esta antiga casa beneditina é apenas um exemplo de uma realidade mais vasta. Tibães faz parte de um conjunto de 20 mosteiros que, em todo o País, estão a ser recuperados. Trata-se do Programa de Recuperação dos Conjuntos Monásticos (PRCM) que o Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAA) vem desenvolvendo desde 2000, aproveitando os fundos do Programa Operacional de Cultura (POC), no âmbito do III QCA e que se pretende esteja concluído em 2006. O PRCM assemelha-se a outros aplicados a castelos, palácios ou séis catedrais, contando com um investimento total de 124.700 mil euros (25,8 milhões de contos), de que já se concretizaram cerca de 32.422 mil euros (6,5 milhões de contos), quando estão ainda em curso obras no valor de 42,5 mil euros (8,5 milhões de contos). A estratégia de preservar os mosteiros tem três objectivos, compreendidos em três fases: resgatar, recuperar e valorizar os mosteiros. Muito do património monástico do País foi alienado e degradado. Dos 20 mosteiros incluídos no PRCM, todos pertencem ao Estado, exceptuando Salzedas, que é propriedade da diocese de Lamego. Oito têm parcelas que ainda pertencem a particulares; em dois – Arouca e Almofter – há instalações afectas ao Ministério da Agricultura; outros dois – Vilar de Frades e

MOSTEIROS

PRESERVAÇÃO GLOBAL DO PATRIMÓNIO



Lorvão – têm hospitais. No de Flor da Rosa há uma pousada da Enatur; o mosteiro da Batalha possui uma área afectada à Liga dos Combatentes, enquanto uma parte do Convento de Cristo, em Tomar, pertence ainda ao Ministério da Defesa. Em Alcobaça estava instalado, até há bem pouco tempo, um lar de terceira idade. A intervenção para recuperação do património monástico só pode avançar em monumentos pertencentes ao Estado, pelo que o resgate é um processo urgente, porém moroso não só pela ausência de enquadramento legal, mas também porque a recuperação quer-se “integrada”, incluindo-se os terrenos envolventes, ou seja, a “cerca do mosteiro”. Ao resgate seguem-se as obras de restauro,

acompanhadas por pesquisa histórica e por levantamentos arqueológicos, estudos antropológicos, arquitectónicos e de engenharia. Por último, a valorização dos monumentos completa-se com a dinâmica quotidiana.

Encontro com a história

Neste sentido, o primeiro-ministro, o arcebispo de Braga e a direcção do IPPAA tiveram um encontro com a história, no

passado sábado, dia em que foi assinado um protocolo com vista à instalação de uma pequena comunidade monástica ou religiosa em Tibães. Prevê-se, deste modo, “devolver a vida” ao mosteiro e assegurar o funcionamento de uma hospedaria.

António Guterres disse que a recuperação de duas dezenas de mosteiros no País significa a “passagem de uma política pontual para uma lógica global de preservação do património”.

“Estamos a fazer um enorme esforço em termos de recursos financeiros nacionais e comunitários no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, porque temos consciência de que um país só tem futuro se souber preservar o seu passado”, afirmou. Para o chefe de Governo, o programa de recuperação de mosteiros e conventos está não só a ser feito no quadro de um programa plurianual, mas também com uma lógica de inserção nas comunidades locais, já que os edifícios vão ser usufruídos pelas populações. Lembrou que “desde o século XIX que uma boa parte dos monumentos nacionais se encontrava em ruínas ou em vias de degradação, devido a uma política de abandono por parte dos seus proprietários”. Referindo-se às origens dos mosteiros nacionais, salientou que independentemente das convicções religiosas de cada um, o País reconhece que forma as ordens religiosas que estiveram na criação da nossa identidade cultural, através dos domínios patrimonial, agrícola, de desenvolvimento económico, de povoamento e de ordenamento da paisagem.

MARY RODRIGUES

PENEDA-GERÊS

NO TRILHO DA HISTÓRIA

Trinta anos depois da sua primeira aventura em Pitões das Júnias, Montalegre, António Guterres regressou à região, agora em visita oficial, para comemorar o 30º aniversário do Parque Natural da Peneda-Gerês e inaugurar o trilho que percorre os velhos caminhos do mosteiro e da cascata, o primeiro de uma rede de percursos pedestres criados por aquele parque.

Integrado num vasto conjunto de iniciativas, o Peneda-Gerês está a organizar um conjunto de percursos pedestres – temáticos e de grande rota –, que estão relacionados com a memória e características do local, a sua história e a sua integração ambiental.

Para além de permitirem um melhor ordenamento e uso recreativo e turístico, os percursos vão contribuir ainda para a valorização do património.

O primeiro-ministro enalteceu o esforço feito, no sentido de voltar a dar ao parque o “empenhamento que esta zona única do País merece, casando de forma exemplar o património ambiental com o cultural”.

A construção dos percursos, isto é, o seu estudo, caracterização e intervenção física (recuperação de caminhos históricos, de caminhos de pastores, limpeza e sinalização), necessitou de um estudo biológico, histórico e arqueológico, geográfico, sociológico e arquitectónico.

Para António Guterres, o grande objectivo do investimento no Parque Peneda-Gerês, que “é necessário intensificar” nos próximos anos, “é fazer com que o parque volte a ser a jóia da coroa do sistema de conservação da natureza em Portugal”.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

CLAUSTROS DOS JERÓNIMOS ABREM EM MARÇO

Após um minucioso trabalho de recuperação, os claustros do Mosteiro de Jerónimos poderão ser visitados já a partir de Março.

O presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAA), Luís Calado, adiantou que a recuperação do Claustro “foi um trabalho de ourivesaria, realizado centímetro a centímetro por uma equipa multidisciplinar que teve a ousadia de mexer naquelas pedras para evitar a sua degradação”.

A intervenção nos Jerónimos faz parte de um programa de recuperação de 20 mosteiros e conventos em todo o País, que se prolonga até 2006, envolvendo verbas nacionais e comunitárias, através do Programa Operacional da Cultura.

O programa está a resgatar, recuperar, valorizar e disponibilizar os monumentos, tendo sido investidos até agora 32,5 milhões de euros (6,5 milhões de contos).

Prevê-se que sejam lançadas obras até 2006 de mais 55 milhões de euros (11 milhões de contos), o que perfaz um total de investimento previsto de 130 milhões de euros (26 milhões de contos).

CONSUMO DE ÁLCOOL

EM VIGOR "LEI SECA" ATÉ AOS 16 ANOS

Desde o primeiro dia deste mês qualquer jovem com menos de 16 anos apanhado a beber álcool fica sujeito a enfrentar o facto perante os pais, depois de estes serem oficialmente avisados. Também desde sexta-feira quem for descoberto a vender álcool a estes menores incorre numa sanção que poderá custar entre 25 contos (124,70 euros) e seis mil contos (29.927,87 euros).

Esta medida coloca Portugal ao nível dos países da união nesta matéria, uma vez que até à entrada em vigor do decreto-lei em questão, o nosso país era o único Estado-membro que não tinha legislação restritiva em relação ao consumo de álcool por jovens.

Até há semana passada, não existia nenhuma proibição juridicamente válida e em vigor de venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos.

Polemizava-se em torno da necessidade ou não de alargar a proibição até à maioria de idade, excluindo o vinho e a cerveja, mas o Governo garante ter verificado que a distinção entre dois tipos de idades e dois tipos de bebidas poderia ser um factor de justificação ou de pretexto para quem tem obrigação de aplicar a lei se refugiar na dificuldade de execução da mesma.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, explicou a opção pelos 16 anos, frisando a urgência de Portugal ter um regime semelhante ao de outros países do Sul da Europa, em particular da vizinha Espanha, evitando-se que os jovens da fronteira dêem uma eventual "saltinho", como acontece a Norte da Europa

"O que importa é que a lei seja aplicada e que



DURA LEX, SED(E) LEX

- O consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos é proibido a menores de 16 anos
- É proibido vender ou colocar à disposição bebidas alcoólicas em locais públicos ou abertos ao público a menores de 16 anos e a quem se apresente visivelmente embriagado ou aparente anomalia psíquica
- É ainda proibida a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos bares, cantinas e outros estabelecimentos de saúde, bem como através de máquinas automáticas
- Nos estabelecimentos comerciais de auto-serviço devem ser delimitados e explicitamente assinalados os espaços de exposição de bebidas alcoólicas e de bebidas não alcoólicas
- É proibida a instalação de estabelecimentos onde se vendam bebidas alcoólicas para consumo no local ou fora dele junto das escolas
- As áreas abrangidas por estas proibições são delimitadas, caso a caso, pelos municípios, em colaboração com a Direcção Regional da Educação
- A transgressão por parte de um menor de 16 anos implica a imediata notificação da ocorrência ao responsável legal. No caso de violação da lei por parte de particulares ou donos de estabelecimentos comerciais, aplicar-se-á uma coima cujo valor oscila entre 124,70 e 4987,98 euros.

Uma das medidas mais importantes do Plano de Acção Contra o Alcoolismo, aprovado pelo Governo em Novembro de 2000, entrou em vigor sexta-feira. Assim, todos os cidadãos menores de 16 anos estão proibidos de consumir qualquer bebida alcoólica em locais públicos. Trata-se de um passo fundamental na estratégia de protecção da nossa juventude deste mal social.

criemos um patamar para que, se houver qualquer evolução a nível europeu, possamos seguir com segurança", declarou Vitalino Canas, garantindo de seguida: "Agora vamos ter uma lei que não dá qualquer pretexto para não ser aplicada".

A fiscalização do cumprimento desta proibição legal é competência das forças de segurança, bem como da Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

Agora que a proibição do consumo de álcool a menores de 16 anos está instituída, a nível nacional, preto no branco, é importante destacar que, nos países onde este fenómeno tem sido estudado percebeu-se que por cada ano que se sobe na interdição verifica-se uma diminuição da sinistralidade rodoviária e dos comportamentos de risco na população juvenil. Numa altura em que os últimos dados sobre o consumo de álcool em Portugal apontam para uma descida de valores ao longo da última década, é possível falar de um passo positivo no sentido da sensibilização e na mudança de costumes.

MARY RODRIGUES

JUVENTUDE E TECNOLOGIA

AVANÇA A GERAÇÃO MILLENIUM

O Ministério da Juventude e do Desporto, através da Secretaria de Estado da Juventude, vai criar, este mês, 800 novos espaços de acesso à Internet e Formação, ao mesmo tempo que disponibiliza 2500 equipamentos informáticos no âmbito do Programa Geração Millenium 2.0. Também nesta área se dá mais um passo no sentido da democratização das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O "Millenium 2.0" será implementado em todos os distritos do País e visa estimular a criação, desenvolvimento e promoção de espaços públicos de acesso à Net.

Através da cedência de equipamentos, o ministério pretende implementar duas modalidades de serviço nas entidades escolhidas: "Pontos Millenium" e "Espaços Millenium".

O primeiro instrumento é composto por um máximo de dois computadores para acesso à Internet. O segundo, por sua vez, engloba um mínimo de quatro e um máximo de oito computadores ligados à rede, que permitirão "navegar" na Internet e funcionarão ainda como locais privilegiados de formação.

Nestes espaços pretende-se disponibilizar aos jovens a possibilidade de entrarem em contacto e manusearem as ferramentas tecnológicas da Sociedade de Informação, gratuitamente ou a custos controlados, procurando ainda apoiar pessoas ou grupos desfavorecidos no contacto e utilização das TIC e promover a divulgação da informação da área da juventude e do desporto através da Internet.

O programa "Geração Millenium", lançado em Julho de 2001, concretiza uma aposta na formação e certificação de 60 mil de jovens com idades compreendidas entre os 10 e 18 anos, nas áreas das novas tecnologias, nomeadamente nas ferramentas de produtividade e acesso à rede.

Os Espaços Millenium 2.0 serão criados preferencialmente em zonas onde o acesso às tecnologias da informação é limitado, estabelecendo-se parcerias para o efeito entre o Instituto Português da Juventude e entidades privadas sem fins lucrativos que prossigam fins de natureza social.

O secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Miguel Fontes, esteve ontem

presente na inauguração do novo Espaço Millenium de Barrancos, ocasião que serviu para a apresentação e divulgação do programa.

Eixos Sociedade de Informação

O Programa Geração do Milénio 2.0 insere-se numa estratégia global de promoção do acesso da população juvenil à Sociedade da Informação orientada em três eixos:

FORMAÇÃO

• **CyberCentros** - Centros de demonstração prática e fomento do uso das tecnologias da informação, comunicações e multimédia, destinados essencialmente à população jovem e estudantil, já estando em funcionamento o primeiro na Covilhã e até 2003 serão criados seis novos cybercentros em Bragança, Guarda, Guimarães, Castelo Branco, Beja, Aveiro;

• **Centros de Divulgação da Tecnologias de Informação (CDTI)** - Existem pelo menos dois centros por distrito, num total de 182, sendo

locais de formação em todas as vertentes da informática.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

- **Centro Nacional de Informação Juvenil** - www.sej.pt - local de acesso e pesquisa de todas as informações sobre e para os jovens, no âmbito do qual se desenvolveu a primeira experiência de comércio electrónico da administração pública;
- **O Sistema de Voluntariado Jovem** - www.voluntariadojovem.pt concebido no Ano Internacional do Voluntariado e que permite encontro de necessidades e vontades entre entidades de solidariedade social e voluntários;
- **Os sites** - www.pousadasdejuventude.pt e www.cartaojovem.pt permitem o acesso dos jovens a toda a informação relativa às Pousadas de Juventude e ao Cartão Jovem, podendo mesmo ser feitos por via electrónica pedidos de reserva na rede nacional de turismo juvenil.

ACESSIBILIDADES

• Inserção no Cartão Jovem de uma vertente no âmbito da sociedade da informação, nomeadamente pela disponibilização gratuita de correio electrónico, acesso à formação e a material informático;

• Disponibilização em todos os espaços dinamizados pelo Instituto Português da Juventude de postos públicos de acesso à Internet.

Melhorar a transparência do mercado de capitais e reforçar a protecção aos investidores são os objectivos de dois diplomas propostos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e aprovados, na passada quinta-feira, em reunião de Conselho de Ministros.

O primeiro diploma diz respeito à titularidade das participações qualificadas (acima dos dois por cento do capital) e implica a publicidade da composição accionista das sociedades *off-shore* que detenham participações no capital das empresas cotadas.

Por ser difícil identificar as sociedades, muitas vezes sediadas em países que se recusam a revelar quem são os proprietários que estão na sua génese, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – entidade supervisora – criou um conjunto de mecanismos que têm por objectivo essencial dificultar, na prática, o recurso a este expediente.

Se 30 dias após a notificação da CMVM a situação não tiver sido regularizada as participações em causa ficarão com todos os direitos suspensos, o que implica a perda de direito de voto e a suspensão do direito a dividendos, até a situação ser regularizada.

A comunicação ao mercado da falta de transparência da titularidade de uma determinada participação em concreto é outra das regras avançadas neste sector. Trata-se, pois, de duas importantes inovações no contexto europeu.

O decreto-lei estabelece que as medidas tomadas pela CMVM deverão ser objecto de comunicação prévia ao Banco de Portugal e ao Instituto de

MERCADOS DE CAPITAIS

NOVAS MEDIDAS PARA GARANTIR TRANSPARÊNCIA



Seguros de Portugal, sempre que estejam envolvidas entidades sujeitas a supervisão.

O segundo diploma proposto pela entidade supervisora respeita aos fundos de investimento mobiliários, e visa “impedir ou dificultar a instrumentalização da gestão dos fundos por interesses que lhe são alheios”.

As sociedades terão que comunicar à CMVM e ao mercado a justificação do sentido de voto inerente a acções detidas pelos fundos, presumindo-se que não actuam no interesse exclusivo dos participantes quando o voto for exercido por representante comum a entidades que estejam em relação de domínio.

Para evitar situações de conflitos de interesses é ainda estabelecida a imposição de deveres de comunicação de aquisição de acções, por parte de administradores ou outros responsáveis pelas decisões de gestão do fundo, ou de pessoas ou entidades que com eles estritamente se relacionem.

Estas propostas estão inseridas num pacote de medidas mais vasto que a supervisora tem vindo a preparar para criar condições de maior transparência no fluxo de capitais.

Os dois decretos aprovados pelo Governo, que implicam a alteração do Código do Mercado de Valores Mobiliários, seguem agora para promulgação do Presidente da República.

M. R.

AGRICULTURA

ESTRATÉGIA COERENTE

As prioridades na política agrícola deverão manter-se porque o PS implementou nos últimos seis anos uma estratégia coerente de desenvolvimento rural. A ideia foi defendida pelo ministro da Agricultura, que não poupou críticas à oposição, destrutiva e deficitária em propostas alternativas.

Durante a inauguração de dois açudes no Vale do Lis, que decorreu no passado dia 29, o governante sublinhou que a estratégia do Executivo socialista nos últimos anos estabeleceu como prioridade a criação de condições para que os agricultores realizem o seu trabalho de forma mais competitiva.

Um clima irregular, a falta de formação dos agricultores e a pulverização da propriedade são algumas das lacunas de Portugal reconhecidas pelo ministro, que salientou a urgência de ultrapassar estes “estragulamento” até 2006, porque “estamos numa Europa onde concorremos de igual modo com agriculturas mais evoluídas”.

Afirmando-se de “consciência tranquila”, Capoulas Santos disse que “o Ministério da Agricultura fez obra e tem obra para apresentar”, pelo que entende necessário

“chamar a atenção para a realização dessa mesmas obra”.

No início de um périplo que o vai levar a visitar diversos investimentos estratégicos da tutela. O governante visitará infra-estruturas como o primeiro bloco de rega do Alqueva, barragens em Chaves, Tomar e no Vale do Mondego e várias centrais horto-frutícolas.

“Trei passar um mês inteiro fora do ministério, junto dos agricultores, simbolicamente assinalando o conjunto de obra que foi realizada por uma política nacional que definimos para o País”, explicou Capoulas Santos.

“Faço esta saudável provocação, manifestando àqueles que me criticam a minha total disponibilidade para comparar o trabalho que fiz em seis anos com maioria relativa com aqueles outros que agora aspiram a ser primeiros-ministros e foram cúmplices de outras políticas com maiorias absolutas”, denunciou. Como principais investimentos estatais, o ministro destacou que o Governo está a “lançar o mais ambicioso programa de regadios que alguma vez existiu em Portugal, ou seja, 70 mil hectares entre 2000 e 2006”, frisando que “sem água disponível para os agricultores nunca há



agricultura competitiva”. Nesse quadro de investimentos estratégicos, Capoulas Santos esteve em Monte Real, Leiria, onde inaugurou dois açudes do rio Lis, integrados no projecto global de recuperação do sistema de rega deste vale. Salientando a importância da construção dos dois açudes, o ministro da Agricultura

considerou que este investimento vai permitir “impedir a degradação” do sistema, promovendo a recuperação da produção dos campos do Lis até 2006 e, nesse sentido, revelou, “estão previstas a construção de duas estações elevatórias para drenar os solos e a recuperação de valas de rega”.

M. R.

CÍRCULO ELEITORAL Aveles



1. JOSÉ MEDEIROS FERREIRA
2. LUIS FAGUNDES DUARTE
3. MARIA GABRIELA CANAVILHAS
4. MARIA ALZIRA
5. IVO MONIZ SOARES

SUPLENTE

1. PAULA VITORINO
2. ROGÉRIO PAULO VEIROS
3. MARIA PIEDADE LALANDA
4. FRANCISCO COELHO
5. MARIA DULCE RESENDES

CÍRCULO ELEITORAL Aveles



1. JOÃO CRAVINHO
2. MARIA DE BELÉM ROSEIRA
3. ANTERO GASPAR
4. ROSA ALBERNAZ
5. AFONSO CANDAL
6. RUI MARQUEIRO
7. JOÃO RIBEIRO
8. MANUEL MALÍCIA
9. ANIBAL GOUVEIA
10. FÁTIMA FERREIRA
11. ANTÓNIO CARDOSO
12. HUMBERTO ROCHA
13. NUNO VIEIRA
14. GÓMES FERREIRA
15. JOAQUIM GABRIEL

SUPLENTE

1. VÍTOR FERREIRA
2. ESMERALDA SOUTO
3. JESUS SILVA
4. RAUL MARTINS
5. LARANJEIRA VAZ

CÍRCULO ELEITORAL Aveles



1. RUI CUNHA
2. LUIS MIRANDA
3. NELSON BRITO

SUPLENTE

1. CARLA LANÇA
2. JOAQUIM OLIVEIRA
3. JOÃO FRAGOSO

CÍRCULO ELEITORAL Bragança



1. ELISA FERREIRA
2. JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA SILVA
3. ANTÓNIO BRAGA
4. SÓNIA FERTUZINHOS
5. FERNANDO MONIZ
6. LAURENTINO DIAS
7. RICARDO GONÇALVES
8. TERESA VENDA
9. ISABEL TINOCO FARIA
10. MIGUEL TEIXEIRA
11. JORGE FARIA
12. JOÃO LOURENÇO
13. FRANCISCA ABREU
14. MANUEL MOTA
15. PAULO MOTA
16. ANTÓNIO JOÃO
17. NUNO SÁ
18. RUI XAVIER

SUPLENTE

1. PAULO PINTO
2. MARIA DO CARMO
3. ISABEL COUTINHO
4. DOMINGOS JULIO
5. HELENA ABREU

CÍRCULO ELEITORAL Bragança



1. ARMANDO VARA
2. MOTA ANDRADE
3. BERTA NUNES
4. AMÉRICO PEREIRA

SUPLENTE

1. RAUL RODRIGUES
2. ARCELINA SAMORINHA
3. VITOR PRADA PEREIRA
4. PAULO CARAPUÇA

CÍRCULO ELEITORAL Castelo Branco



1. JOSÉ SÓCRATES
2. FERNANDO SERRASQUEIRO
3. VALTER LEMOS
4. CRISTINA GRANADA
5. CARLOS LAVRADOR

SUPLENTE

1. HÉLIO FAZENDEIRO
2. HENRIQUE BRANDÃO
3. MARGARIDA PEREIRA
4. JOÃO GASPAR
5. CARLA MASSANO

CÍRCULO ELEITORAL Coimbra



1. ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS
2. FAUSTO CORREIA
3. JOÃO RUI DE ALMEIDA
4. HELENA ROSETA
5. VÍTOR BATISTA
6. VÍTOR CUNHA
7. PEDRO COIMBRA
8. MARIA DO CÉU LOURENÇO
9. SOUSA ALVES
10. ÂNGELA PINTO CORREIA

SUPLENTE

1. FERNANDO CARVALHO
2. DULCE PÁSSARO
3. MENDES LOPES
4. FERREIRA MARQUES
5. RUI SILVA

CÍRCULO ELEITORAL Coimbra



1. LUIS CAPOULAS SANTOS
2. CARLOS ZORRINHO
3. MAFALDA TRONCHO

SUPLENTE

1. JOSÉ FATEIXA
2. JOSÉ BRAVO NICO
3. CARMO CAVACO SILVA

CÍRCULO ELEITORAL Coimbra



1. JOSÉ APOLINÁRIO
2. JAMILA MADEIRA
3. MARIA DO ROSÁRIO CARNEIRO
4. LUIS CARITO
5. VÍTOR NETO
6. ANTÓNIO PINA
7. JOVITA LADEIRA
8. FILIPE VITAL

CÍRCULO ELEITORAL Coimbra



1. JOAQUIM PINA MOURA
2. FERNANDO CABRAL
3. CARLOS SANTOS
4. MARTA DINIS

SUPLENTE

1. EMÍLIO MESQUITA
2. MARIA MANUELA VEIGA
3. CLÁUDIO REBELO
4. ARMANDO REIS

CÍRCULO ELEITORAL Lisboa



1. ANTÓNIO COSTA
2. OSVALDO CASTRO
3. JOSÉ MIGUEL MEDEIROS
4. ISABEL VIGIA
5. JOÃO PEDRO CORREIA
6. CÂNDIDO FERREIRA
7. NUNO RAINHA
8. ISABEL GONÇALVES
9. CARLOS LOPES
10. JORGE SILVA

SUPLENTE

11. MARIA ROSA DOMINGUES
12. ANA REGINA PINHA
13. RUI FERREIRA
14. JOÃO PAULO PEDROSA
15. ANA PAULA NOIVO

CÍRCULO ELEITORAL Lisboa



1. EDUARDO FERRO RODRIGUES

2. JAIME GAMA
3. MANUEL ALEGRE
4. EDITE ESTRELA
5. JORGE COELHO
6. JOÃO SOARES
7. ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
8. MARIA DO CARMO ROMÃO
9. VICENTE JORGE SILVA
10. VERA JARDIM
11. LEONOR COUTINHO
12. MIGUEL COELHO
13. ACÁCIO BARREIROS
14. JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO
15. RUI VIEIRA
16. CUSTÓDIA FERNANDES
17. RAMOS PRETO
18. ANTÓNIO GALAMBA
19. ALBERTO ARONS DE CARVALHO
20. CELESTE CORREIA
21. JOSÉ LEITÃO
22. BARROS MOURA
23. IRENE VELOSO
24. EMANUEL MARTINS
25. BARBOSA DE OLIVEIRA
26. FILIPE COSTA
27. SUSANA AMADOR
28. DIAS BAPTISTA
29. MARIA ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS
30. HUMBERTO PACHECO
31. VITOR CAROLA
32. JOÃO BENAVENTE
33. RUI PEREIRA
34. CASIMIRO RAMOS

35. ROSA DO EGÍPTO
36. PAULA ALVES
37. JAIME GARCIA
38. NATALINA MOURA
39. JOÃO FRANCO
40. MARIA MANUELA AUGUSTO
41. MIGUEL FONTES
42. RUI PAULO FIGUEIREDO
43. DOMINGOS QUINTAS
44. ANA CRISTINA COSTA
45. ARMANDO RAMALHO
46. ALEXANDRE SARGENTO
47. JOSÉ RODRIGUES
48. MEGA FERREIRA

SUPLENTES

1. FERNANDO RODRIGUES
2. FERNANDO PAULO FERREIRA
3. RITA MADEIRA
4. RUI MATEUS
5. JOAQUIM MARQUES



1. MAXIMIANO MARTINS

2. JOSÉ MARTINS JÚNIOR
3. VÍCTOR FREITAS
4. MARIA LUÍSA MENDONÇA
5. RUI CAETANO

SUPLENTES

1. TÂNIA GONÇALVES
2. DUARTE GOUVEIA
3. JOÃO RAMOS SOUSA
4. GÚIDO GOMES
5. JOÃO DIAS

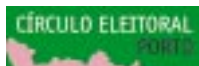


1. JÚLIO MIRANDA CALHA

2. ZELINDA SEMEDO
3. MURUJO HENRIQUES

SUPLENTES

1. ARMÉNIO TOSCANO
2. MADALENA TAVARES
3. CARLA VENTURA



1. ALBERTO MARTINS

2. JOSÉ LELO
3. FRANCISCO ASSIS
4. TERESA LAGO
5. FERNANDO GOMES

6. GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS
7. AUGUSTO SANTOS SILVA
8. MANUELA DE MELO
9. MANUEL MARIA CARRILHO
10. ALBERTO COSTA
11. JOSÉ MAGALHÃES
12. ISABEL PIRES DE LIMA
13. STRECHT RIBEIRO
14. JOSÉ SARAIVA
15. RENATO SAMPAIO
16. PAULA CRISTINA
17. NELSON CUNHA
18. ARTUR PENEDOS
19. GUSTAVO CARRANCA
20. HELENA RIBEIRO
21. ALEXANDRE ROSA
22. BARBOSA RIBEIRO
23. MÁRIO MOURÃO
24. RICARDO BEXIGA
25. FERNANDO JESUS
26. MARIA LURDES RUIVO
27. JOSÉ RIBEIRO
28. EDUARDA CASTRO
29. JOSÉ LUIS CARNEIRO
30. JOÃO FERNANDES
31. LUCIO FERREIRA
32. FERNANDO CERQUEIRA
33. ANTÓNIO VIEIRA
34. JOANA LIMA
35. SÉRGIO MOINHOS
36. JOSÉ BRAGA
37. JOÃO VIANA
38. MIGUEL BRAGA
39. MANUEL PIZARRO

SUPLENTES

1. ADRIANO VENCESLAU
2. JOSÉ LEMOS
3. ANTÓNIO FARIA
4. DAVID QUEIROZ
5. GLÓRIA ARAÚJO



1. JORGE LACÃO

2. VITALINO CANAS
3. NELSON BALTAZAR
4. LUISA PORTUGAL
5. JOSÉ CONDE RODRIGUES
6. JOSÉ MIGUEL NORAS
7. ANTÓNIO GAMEIRO
8. FERNANDA ASSEICEIRA
9. RUI CARRETEIRO
10. NUNO LOPES

SUPLENTES

1. ANA LÍDIA VIRTUDES
2. RUI MEDINAS DUARTE
3. SÓNIA SANFONA
4. ANA CRISTINA SILVA
5. JOSÉ ZUZARTE REIS



1. PAULO PEDROSO

2. ALBERTO ANTUNES
3. JOEL HASSE FERREIRA
4. MARIA SANTOS
5. EDUARDO CABRITA
6. VÍTOR RAMALHO
7. AIRES DE CARVALHO
8. ANA CATARINA MENDES
9. JOSÉ MANUEL EPIFANIO
10. FERNANDA COSTA
11. VENTURA LEITE
12. NELSON GODINHO
13. JOSÉ MANUEL EVANGELISTA
14. ISABEL CRISTINA
15. LÍDIO FERREIRA
16. NUNO TAVARES
17. MARIA JOSÉ BRUNO ESTEVES

SUPLENTES

1. ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA
2. HELDER MACHADO
3. MARIA ODETE ALEXANDRE
4. MIGUEL BASTOS
5. CARLOS TRINDADE



1. MARQUES JÚNIOR

2. ROSALINA MARTINS
3. FERNANDO CABODEIRA
4. JORGE GAMA
5. FERNANDO GONÇALVES
6. JOSÉ PONTES

SUPLENTES

1. JORGE FÃO
2. MANUELA FERREIRA
3. ACÁCIO LOPES
4. EDUARDO DANIEL CERQUEIRA
5. LUÍSA GOMES



1. ASCENSO SIMÕES

2. SILVA PEREIRA
3. PAULO PINTO
4. ANA GONÇALO
5. PEDRO CARDOSO

SUPLENTES

1. CARLOS MIRANDA
2. HELENA RODRIGUES
3. HUMBERTO CERQUEIRA

4. EDITE SOUSA
5. PEDRO GESTEIRA

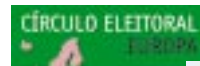


1. JOSÉ JUNQUEIRO

2. ANA BENAVENTE
3. JOÃO NUNO MENDES
4. MIGUEL GINESTAL
5. JOÃO SOBRAL
6. ISABEL ZACARIAS
7. JOÃO RIBEIRO
8. FERNANDO CÁLICE
9. SIMÕES TORRES

SUPLENTES

1. FERNANDA SOBRAL
2. CARLOS ALBERTO MENDES
3. MANUEL TRINDADE
4. JOSÉ GUILHERME OLIVEIRA
5. RUI SANTOS



1. CARLOS LUÍS

2. ALFREDO MAGALHÃES LEON-FRANÇA

SUPLENTES

1. MARIA HELENA ANDRÉ BRUXELAS
2. MANUEL CAMPOS ALEMANHA



1. OFÉLIA GUERREIRO BRASIL

2. RODOLFO GALEGO AFRICA DO SUL

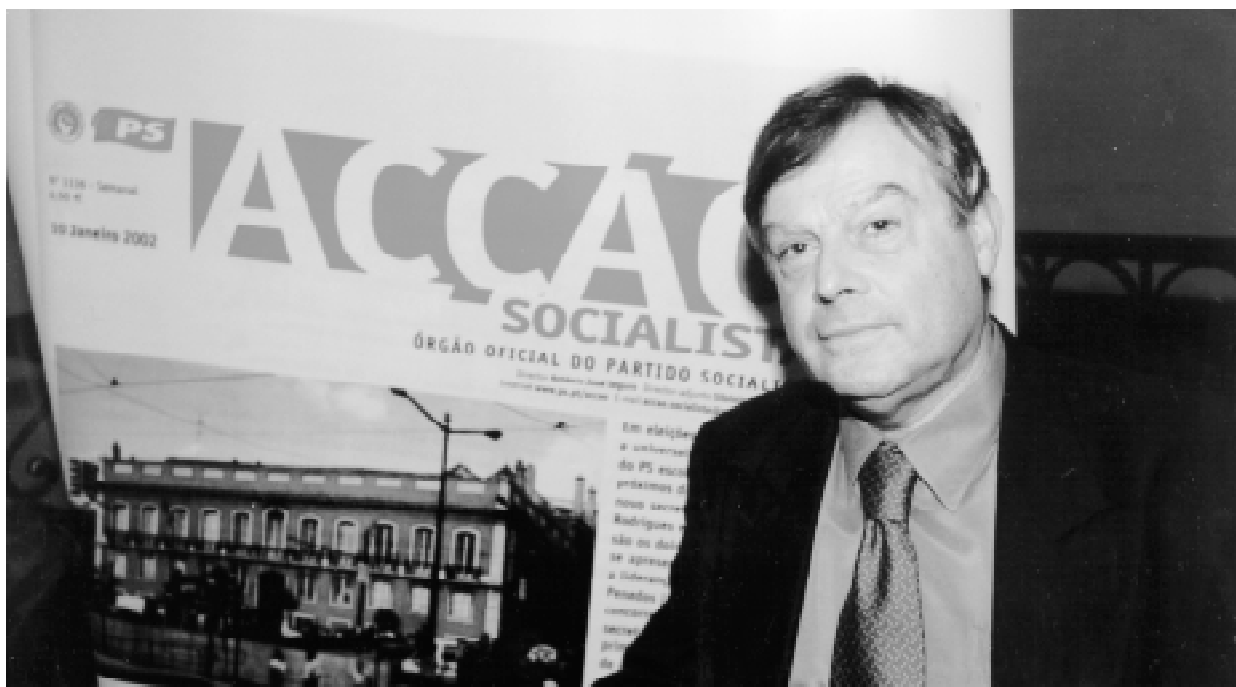
SUPLENTES

1. ACÁCIO FERREIRA VENEZUELA
2. DUARTE ALMEIDA ALVES BRASIL

MANUEL FERREIRA

UM SOCIALISTA PRESENTE EM TODAS AS LUTAS

Membro do Secretariado da Secção de São João, estrutura que ajudou a fundar, Manuel Ferreira, bancário, um socialista dos tempos da CEUD, é um exemplo típico do militante de base que tudo tem dado ao partido sem nada pedir em troca. Admirador de Mário Soares e Olof Palme, aderiu ao PS em Maio de 1974. É o militante nº 716.



A exemplo de muitos outros da sua geração, a campanha de Humberto Delgado nas presidenciais de 1958 despertou-o para a política, tendo mais tarde participado no movimento estudantil em 1962.

Em 1969, não se deixa iludir pela chamada primavera marcelista, e é um dos activistas da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), ao mesmo tempo que intensifica a sua colaboração na página juvenil do jornal "República".

"Estava no 'República' quando Mário Soares foi entregar uma importante carta ao director do jornal, antes de partir para o seu exílio em Paris», revela, acrescentando que um dos episódios mais tristes a que assistiu foi o fecho do "República" em plena democracia. "Nem o Salazar conseguiu fechar o jornal», refere.

No desfiar de histórias dos tempos da luta contra a ditadura, lembra ainda a repressão em 1973 de umas comemorações do 5 de Outubro no cemitério do Alto de São João. Deste episódio, retém a coragem do camarada Pedro Coelho, que fez frente às tropas de choque comandadas pelo tristemente célebre capitão Maltez.

Manuel Ferreira assiste com uma 'indescritível

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento
5 de Outubro de 1910

Livro
"A Selva"

Escritor
Ferreira de Castro

Filme
"Uns e os Outros", de Claude Lelouche

Música
"Quinta Sinfonia"

Compositor
Beethoven

alegria e emoção» ao 25 de Abril de 1974, o "dia inicial, inteiro e limpo" como lhe chamou Sophia de Mello Breyner, e um mês depois inscreve-se no nosso partido, "porque fui sempre da área republicana e socialista, e logicamente inscrevi-me no PS».

Fundador da Secção de São João

Inicia então uma intensa actividade política: funda, juntamente com os seus "queridos amigos e camaradas" Vítor Nunes e Octávio Costa, a Secção de São João - fez posteriormente parte de vários Secretariados -, e integra a 1ª Comissão Executiva da FAUL em 1974. No plano autárquico, fez parte da 1ª Comissão de Moradores da Freguesia de São João.

Durante o período conturbado do PREC, está presente em todas as lutas travadas pelo PS, desde o Caso República até ao histórico comício da Alameda.

«Tínhamos na Secção de São João uma caixa com os ficheiros dos militantes, que nos tempos mais quentes do PREC tínhamos de levar para casa de camaradas de confiança»,

conta, acrescentando que «foram tempos de grande militância e camaradagem e exaltantes sob todos os pontos de vista».

Manuel Ferreira lembra ainda o seu papel de moderador, logo a seguir ao 25 de Abril, nas guerras entre o PCP e o MRPP por causa da fixação de cartazes na área da Freguesia de São João. "Conseguí ser o mediador entre o PCP e o MRPP na questão da colagem de cartazes. Estas duas forças políticas estavam em permanente guerrilha, pois queriam todos colocar os seus cartazes no mesmo sítio», afirma.

Adepto incondicional de Mário Soares, este histórico militante, que apoiou "sem reservas" a candidatura de António Guterres a secretário-geral em 1992, faz um "balanço positivo" dos seis anos de governação socialista, adiantando que "não se pôde fazer mais porque não se tinha a maioria».

Manuel Ferreira espera que no próximo Governo do PS, liderado por Ferro Rodrigues - "um político que já deu provas do seu valor" - "se aprofundem as reformas sociais e que a justiça seja mais célere".

J. C. CASTELO BRANCO

SAMPAIO AFIRMA

MAIORIA POLÍTICA PODE SER FACTOR DE INOVAÇÃO

A posição de Jorge Sampaio foi expressa numa conferência intitulada "Sistema político, inovação e competitividade em Portugal", que proferiu na Aula Magna da Universidade de Aveiro.

Segundo Sampaio, "a maioria serve para tomar decisões. Não são as decisões tomadas que automaticamente mantém uma maioria futura".

Por outro lado, o chefe de Estado considerou que «o sistema político, para inovar, deve ser sempre competitivo», acrescentando que "os elementos de monopólio devem estar sempre subordinados aos elementos jovens, vigorosos, competitivos. Deve, em suma, ser portador de uma cultura de inovação".

Noutro ponto da sua conferência, o Presidente da República falou da contribuição que o sistema político pode dar para que a "boa inovação" se generalize a toda a sociedade, referindo, como exemplo, que "o mecanismo de financiamento das Universidades poderia premiar as que formassem melhores licenciados com menos dispêndio", acrescentando que se poderiam multiplicar os exemplos, ao nível da Administração Pública central e local.

Impulso reformista

Referindo-se aos partidos políticos, sublinhou: "Têm um problema de marca similar ao dos agentes económicos, porque precisam de



garantir fidelidades". Sampaio advertiu, contudo, que os partidos precisam vencer estes e outros obstáculos, "optando por uma cultura de inovação, sob pena

de serem liquidadas a médio prazo". O Presidente da República criticou ainda o "discurso fácil" sobre as reformas estruturais que depois não são concretizadas, porque

O Presidente da República sustentou que uma maioria política pode ser "um factor poderoso de inovação". É que, explicou, "a inovação exige uma atitude sistémica. Não podemos inovar às segundas, quartas e sextas e regredir às terças, quintas e sábados. Não podemos inovar na técnica de controlo da despesa e regredir na técnica de cobrança da receita". No entanto, alertou, "não basta dizermos a palavra 'maioria' para que todos os males se resolvam".

"ninguém se entende sobre o primeiro passo a dar".

"O que o país precisa é de um impulso reformista permanente para que a base de apoio da mudança seja crescente", defendeu.

Jorge Sampaio sustentou ainda que "a igualdade de oportunidades não é divorciável da competitividade", concluindo que "o sistema de criação de riqueza não deve dissociar-se da dimensão social".

J. C. B.

PRESIDENTE QUER

"SOLUÇÃO CLARA" A 17 DE MARÇO

O Presidente da República defendeu uma "solução clara" emanada das próximas eleições legislativas, sem significar a obrigatoriedade de uma maioria absoluta.

Em entrevista ao "Público", Jorge Sampaio disse esperar que "um mandato claro se consubstancie num poder capaz de impor o ritmo reformista de que o País necessita", garantindo que cumprirá os preceitos constitucionais, ouvirá os partidos, mas que também fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que Portugal reincida num ciclo de instabilidade.

"Temos de recuperar a estabilidade que tivemos durante 15 anos e, quando falo de mandato claro, falo de governar com estabilidade e de modo que essa estabilidade seja dinâmica, que não seja anémica", acrescentou.

O Presidente apelou à participação responsável de todos e em especial dos órgãos de Comunicação Social que, na sua opinião,

devem "cortar com o pessimismo reinante" e desempenhar nas legislativas o papel decisivo que tiveram nas autárquicas de 16 de Dezembro último.

Pela primeira vez, Sampaio afirmou-se manifesta e publicamente disponível para ajudar a fazer "os acordos de regime" necessários à prossecução das urgentes reformas que Portugal precisa de executar.

"Estou disponível para ajudar a formar plataformas de entendimento sobre questões fundamentais", disse, dando como exemplos as exigências do empreendimento europeu e a questão das Forças Armadas, a propósito da qual destacou: "Nunca se avançará para a sua reforma e modernização sem um consenso nacional mínimo". É que para o chefe de Estado, Portugal tem que dizer que Forças Armadas quer ter com que objectivos, referindo tratar-se de "uma questão nacional por excelência, que não é partidária".

Sem deixar de colocar a tónica no

entendimento, Jorge Sampaio afirmou que as soluções para a conjuntura nacional actual deverão ser encontradas no seio da Assembleia da República, seja qual for a sua constituição.

"Não pensem que vamos voltar a ter eleições todos os seis meses", advertiu, defendendo que "isso não é possível, não é desejável, nem é credível".

"Não me substituo nem aos governos nem aos partidos, mas estou disponível para ajudar", declarou o Presidente da República depois de sublinhar que há mais áreas onde é urgente um conjunto de "acordos mínimos".

Na entrevista ao "Público", o chefe de Estado esclareceu que as reformas têm que ser feitas, mas não com rupturas sociais.

"Para reformar precisamos de não ter excluídos. Temos de ter uma sociedade com mais compaixão, não no sentido caritativo, mas no sentido da solidariedade, da afectividade, da necessidade disto não ser tão

individualista, no pior sentido", argumentou. Questionado sobre a eficácia das novas normas de financiamento dos partidos políticos, Sampaio não escamoteou o assunto e, sem deixar de qualificá-las como "um progresso", chamou a atenção para a necessidade de se "caminhar para o financiamento público de forma clara e cada vez mais forte, bem como para uma muito mais rigorosa fiscalização das receitas e dos gastos dos partidos".

Falando sobre a interrupção voluntária da gravidez e o recente julgamento da Maia, o Presidente da República defendeu a discussão da evolução do tema na sociedade portuguesa, "sem reavivar a divisão ideológica, mas pensando mais uma vez nas mulheres".

"Um dia, não sei quando, teremos que voltar ao processo legislativo e porventura a um referendo. Embora eu ache que esta matéria não é uma matéria de essência para um referendo", disse.

M. R.



RELAÇÕES COM ISRAEL E ÍNDIA

SOARES E CARRILHO PRESIDEM A DELEGAÇÕES DO PE

Os eurodeputados socialistas Mário Soares e Maria Carrilho vão presidir a duas das mais importantes delegações do Parlamento Europeu (PE): Mário Soares terá a seu cargo dirigir os trabalhos da delegação para as relações com Israel, enquanto Maria Carrilho chefiará a delegação para a Índia e países do Sudeste asiático. A indicação dos dois eurodeputados vem na sequência da nova distribuição de lugares no PE para a segunda metade da legislatura.

Entretanto, Mário Soares, novo presidente da delegação do PE para as relações com Israel, manifestou em Estrasburgo a vontade de exercer "um magistério de influência" no



ALBERTO COSTA NA CONVENÇÃO DA EUROPA

O deputado Alberto Costa foi, entretanto, designado pela Assembleia da República como o representante do parlamento português à Convenção sobre a Europa, presidida por Valéry Giscard d'Estaing, que está a trabalhar no novo modelo europeu, numa perspectiva do pós-Nice, visando a próxima Conferência Intergovernamental.

conflito do Médio Oriente. "Tentaremos exercer um magistério de influência" no conflito israelo-palestiniano, no qual "a Europa tem sido um pouco omissa", disse.

Mário Soares, que se afirmou "preocupado com o agravamento em espiral da situação" em Israel e nos territórios palestinianos, considerou que "a primeira coisa" a fazer é estabelecer "contactos" com as partes em conflito e coordenar esforços entre a delegação a que vai

presidir e a das relações com a Palestina. No entanto, o ex-chefe de Estado reconheceu que as recentes declarações do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon - lamentando não ter morto o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, durante a invasão do Líbano em 1982 - dificultam a busca de uma solução de paz. "É inaceitável" o que Ariel Sharon disse, até porque "são declarações muito difíceis, para dizer que se pode fazer a paz com ele",

sustentou Mário Soares. Depois da nomeação do eurodeputado Luís Marinho como membro efectivo da Convenção sobre o futuro da Europa e da eleição do eurodeputado Paulo Casaca como vice-presidente da Comissão Parlamentar do Controlo Orçamental, a atribuição da presidência destas delegações a Mário Soares e a Maria Carrilho confirma o reconhecimento do PE pelo bom trabalho dos eurodeputados do PE.

NOVAS TECNOLOGIAS

UE FINANCIA CINCO REGIÕES PORTUGUESAS

As regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Madeira vão receber 11,5 milhões de euros da União Europeia (UE) para programas regionais de inovação.

Os programas destinam-se a financiar a inovação nos domínios das novas tecnologias, da sociedade de informação, da identidade regional e do desenvolvimento sustentável.

Para o comissário europeu responsável pela política regional, Michel Barnier, "estes programas reforçarão a capacidade de inovação nestas regiões portuguesas e contribuirão de uma forma positiva para as suas estratégias de desenvolvimento".

O Executivo comunitário estima ainda que este programa gere investimentos de 15,7 milhões de euros, uma vez que se espera que durante 2002 e 2003 atraia mais 2,2 milhões de euros de investimento suplementar do sector público e dois milhões de euros do sector privado.

O Algarve vai receber de Bruxelas 2,84 milhões de euros destinados a melhorar a capacidade de inovação das empresas da região, fomentar a identidade regional e o desenvolvimento



sustentável. Para a região Centro o programa, com um financiamento comunitário de 2,97 milhões de euros, contempla o desenvolvimento de uma estratégia de inovação regional, cujo eixo

principal é a economia local assente no conhecimento e na inovação tecnológica. Para Lisboa estão destinados 2,96 milhões de euros para um programa que promoverá a parceria público-privada, com um foco particular

em tecnologias assentes no conhecimento. No Norte, com dois milhões de euros de financiamento europeu, o programa pretende promover o espírito empresarial baseado na tecnologia e concentra-se no domínio da economia regional assente no conhecimento e na inovação tecnológica.

Finalmente, para a Madeira está destinado um investimento comunitário de 0,72 milhões de euros com o objectivo prioritário de reforçar a estratégia de inovação regional e apoiar projectos-piloto no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico.

As acções inovadoras financiadas pelo fundo europeu de desenvolvimento regional (Feder) visam criar um laboratório de experimentação do desenvolvimento regional na Europa, através de parcerias, em cada região, entre os sectores público e privado.

O Feder co-financia os custos dos programas até 80 por cento nas regiões do objectivo número 1 - consideradas as mais pobres da UE - e até 50 por cento nas regiões do objectivo número 2.



FÓRUMS MUNDIAIS

POR UMA "GLOBALIZAÇÃO DE ROSTO HUMANO"

Dois fóruns internacionais de orientação contrária discutiram durante seis dias as várias formas de globalização e os seus efeitos políticos sociais e culturais.

Na cidade brasileira de Porto Alegre realizou-se o II Fórum Social Mundial, sob o lema "Um outro mundo é possível", um encontro que reuniu 60 mil representantes de organizações não governamentais, sindicatos, associações e organismos religiosos.

Entre os participantes oriundos de 130 países esteve Mário Soares, que foi ao Rio Grande do Sul para "avaliar o pulsar das sociedades ibero-americanas (...) face aos condicionalismos e vicissitudes do grande 'império' do Norte, que nesta região projecta uma sombra difícil de aceitar e é visto de uma maneira muito diferente da nossa".

O Fórum de Porto Alegre terminou segunda-feira sem uma declaração final. Porém, a ideia patente na maioria das intervenções ficou, como disse Soares, "a necessidade objectiva de lutar por um projecto de globalização alternativa".

"Não a globalização que conhecemos, nestes anos de neoliberalismo triunfante, que conduziu o mundo à negra situação em que hoje se encontra", explicou, acrescentando que urge criar condições para uma "globalização de rosto humano, onde a economia esteja ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço da economia". No contexto de criação de um modelo de sociedade global alternativo, os ataques



terroristas nos Estados Unidos e a resposta norte-americana no Afeganistão foram unanimemente condenados em todos os debates do Fórum Social, bem como a escalada de violência na Palestina e em outras regiões do planeta. Rejeitados pelas ONG's foram também o pagamento da dívida externa dos países do terceiro mundo, o uso de alimentos transgénicos e a globalização neoliberal.

O Comité Afro e o Comité Indígena realizaram o Tribunal dos Povos e condenaram os países a iniciar políticas compensatórias pelos danos da escravidão e do extermínio. Entre as reivindicações está a devolução das terras aos índios e aos negros – as das regiões dos quilombos. Segundo o comité, a cimeira deste ano superou todas as expectativas. Houve quem arriscasse dizer que o Fórum Social Mundial

"passou a ser uma grande preocupação para o Fórum Económico de Davos".

Annan insta responsáveis a combaterem a pobreza

Entretanto, em Nova Iorque, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, exortava os responsáveis políticos e económicos reunidos no Fórum Económico Mundial (FEM) a fazerem tudo o que lhes for possível para lutar contra a pobreza nos países em desenvolvimento.

"Pensem na forma como a vossa empresa pode ajudar a mobilizar a tecnologia e a ciência ao nível mundial para erradicar a fome, as epidemias, a degradação ambiental e os conflitos" que afectam os países do Terceiro Mundo, declarou na sessão de encerramento do FEM.

O prémio Nobel da Paz 2001 explicou que a percepção de que a globalização marginaliza muitas pessoas está a desenvolver-se na opinião pública mundial, sublinhando que centenas de milhões de pessoas vivem condições que a maioria dos presentes no FEM consideram como "desumanas".

De salientar a ausência do optimismo que rodeava habitualmente as cimeiras de Davos. Saída extraordinariamente da estância turística suíça para a "Big Apple" americana, não só o cenário mudou, também a atitude face ao futuro da "nova economia", onde se percebeu um grande pessimismo e se exprimiram severas críticas ao Governo dos Estados Unidos.

Muitos oradores no FEM aprovaram a resposta americana aos atentados de 11 de Setembro, mas outros tantos reprovaram o papel desempenhado pelos EUA no contexto internacional.

Com o terrorismo sempre como pano de fundo, vários participantes – sobretudo de países árabes – insistiram na ideia segundo a qual os Estados Unidos devem intervir de forma mais decisiva no conflito israelo-palestiniano, como medida preventiva do surgimento de novas ameaças.

M.R.



LEGISLATIVAS

AACS DEFENDE EQUIDADE NO ACESSO AOS "MEDIA"

Dar uma "imagem adequadamente multifacetada sobre os diferentes programas políticos a apresentar aos portugueses" é a sugestão apresentada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) em vésperas de campanha para as eleições legislativas.

A promoção de "debates alargados" e consequente resistência à bipolarização são, na opinião deste órgão regulador dos "media", as práticas mais adequadas à promoção de um debate eleitoral que se quer "rico" e "plural", por forma a evitar "o afunilamento empobrecedor da visibilidade do conjunto do

naípe político nacional".

No documento aprovado dia 30 com sete votos a favor, um contra e duas abstenções, a Alta Autoridade propõe aos órgãos de Comunicação Social debates "abrangentes", incluindo, portanto, "um número alargado de intervenientes". A medida visa ainda, a "equidade no acesso aos 'media' às forças políticas", mas "sem prejuízo de se reafirmar o respeito pela liberdade editorial" da Imprensa, uma vez que a declaração da ACCS tem apenas valor de aconselhamento.

M.R.





BRAGA

ELISA FERREIRA DIZ QUE PSD NÃO ESTÁ PREPARADO PARA GOVERNAR

A cabeça-de-lista do PS em Braga, Elisa Ferreira, afirmou que o PSD - com as propostas que apresentou nos últimos tempos - demonstrou que "não está preparado para governar o país", e mostrou-se convicta de que "o eleitorado do distrito ajudará a que os socialistas obtenham a maioria absoluta nas eleições legislativas".

Elisa Ferreira falava na segunda-feira na final da entrega, no Tribunal de Braga, da lista que os socialistas apresentaram no círculo de Braga e que tem como mandatário o advogado Tito Evangelista e Sá.

Segundo alertou a candidata, o PSD iria "destruir o país", com medidas como a do "choque fiscal" que vem apregoando sem bases sólidas. "É um perigo mudar de rumo com o PSD", disse.

Elisa Ferreira revelou ainda que vai fazer uma campanha eleitoral voltada para os assuntos distritais, já que se está perante o terceiro distrito do país, possuindo uma grande importância geográfica, económica e demográfica que é preciso estimular.

"Se o distrito se continuar a desenvolver como tem sucedido, no sentido da convergência com a Europa, todo o país beneficiará com isso", disse.

SUBSÍDIO DE RISCO À PSP

PS ACUSA DURÃO DE POPULISMO

O PS acusou o líder do PSD, Durão Barroso, de populismo, por prometer subsídios de risco à PSP um dia depois de um polícia ter sido abatido a tiro na Damaia, "explorando assim o clima emocional" gerado por este triste acontecimento.

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, afirmou que "Durão Barroso devia saber que não pode existir ao mesmo tempo rigor orçamental e promessas em relação a cada acontecimento, mesmo sendo trágico, como aquele que ocorreu na Damaia".

Paulo Pedroso lembrou que, "ao longo dos últimos dias, o presidente do PSD tem vindo a multiplicar propostas de aumento da despesa e de diminuição da receita do Estado, que são inconsistentes com o objectivo estratégico de rigor orçamental para Portugal".

"Essas propostas de Durão Barroso só demonstram uma tentação populista de tudo prometer a todos e não uma discussão moderada das questões sérias com base em propostas concretas e viáveis", acrescentou o dirigente socialista.



VILA REAL

PS QUER MELHORES ACESSIBILIDADES NO DISTRITO

O PS/Vila Real reivindicou melhores acessibilidades para o distrito, começando pela concretização da Auto-estrada 7 (A7), do Itinerário Principal 3 (IP-3) e do prolongamento da A4 até Bragança. Em conferência de Imprensa realizada na segunda-feira, o cabeça-de-lista do PS em Vila Real, Ascenso Simões, revelou as causas pelas quais o partido no distrito vai lutar após as eleições de Março, nomeadamente a promoção de melhores acessibilidades no distrito.

O camarada Ascenso Simões defendeu ainda uma alteração institucional na Região Demarcada do Douro "que valorize todos os agentes" e a concretização do Plano regional de Emprego da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Para o candidato do PS, é importante apoiar a valorização ambiental, no âmbito do abastecimento de água e esgotos que a Empresa Águas de Trás-os-Montes está a desenvolver, em parceria com os municípios.

Apostar na valorização da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no alargamento da rede pública de bibliotecas a todo o distrito, na rápida instalação do Museu do Douro e no desenvolvimento turístico foram outros dos factores destacados pelo líder do PS/Vila Real.

"Tudo para que o distrito de Vila Real tenha voz própria", salientou Ascenso Simões, para quem "as necessidades do distrito têm de estar à frente das exigências do partido".

No âmbito nacional, o cabeça-de-lista distrital defendeu "um quadro constitucional que favoreça a regionalização e impeça a eliminação dos governos civis até à criação das regiões administrativas".

BEJA

LUÍS MIRANDA PRESIDE À COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA

Luís Miranda é o novo presidente da Comissão Política Concelhia de Beja do PS, tendo derrotado Fernando Castanheira, que encabeçava a lista B, por uma diferença de 58 votos. A lista A, liderada por Luís Miranda, recolheu 137 votos, enquanto Fernando Castanheira, que liderou a lista B, reuniu a preferência de 79 militantes.

As eleições foram convocadas após a demissão, no início de Janeiro, do até então presidente da Concelhia, Agostinho Moleiro, em virtude dos resultados eleitorais das autárquicas em Beja (o PS não conseguiu conquistar a Câmara Municipal, mas obteve o mesmo número de eleitos que a CDU - 3).

A lista de Luís Miranda apresentou-se sob o lema "Beja é muito", apostando na abertura e dinamização do PS no concelho, com vista a "uma intervenção política esclarecida, coerente e responsável".

Contribuir para que o PS se assumia em Beja como "instância de animação e estímulo à participação cívica dos cidadãos na vida pública", operando "uma mudança qualitativa" no relacionamento do partido com a sociedade civil é outro dos objectivos da nova Comissão Política.

Luís Miranda preconiza ainda a "construção da unidade" no seio do PS, com respeito pela diversidade: "A tradição no PS é a integração e não a exclusão de militantes, o debate aberto e não o seguidismo em relação ao líder".

Do ponto de vista, pelo menos, de muitos Estados, a União Europeia é já hoje, sem dúvida, um valor acrescentado em relação à capacidade de projecção externa de cada um deles, isoladamente considerada. Mas a Europa precisa de se erguer acima desse nível de relevância que a torne realmente influente na definição do rumo global.

1. Nós, socialistas, temos razões para nos orgulharmos do contributo que demos, no passado, para a causa portuguesa na Europa e para a causa europeia em Portugal.

No ponto em que a realidade e o projecto europeus se encontram hoje, a questão que se coloca é a de honrarmos essa tradição, mantendo uma visão capaz de inspirar soluções à altura dos desafios do presente. Uma visão que não se fixe em tão alto que os pés tropecem em obstáculos não evitados ao nível do solo, e tudo se comprometa nessa queda – e que também não se fixe em tão baixo que a única coisa que consiga ver seja o próprio espaço onde vai colocando os pés! É esse o dilema que os responsáveis europeus defrontam.

Abordo, de seguida, alguns pontos de partida para uma reflexão e para uma atitude sobre a Europa nos dias de hoje.

2. Fala-se há bem mais de uma década no “divórcio” crescente entre cidadãos e Europa, entre europeus e instituições europeias. E tem havido muitas vezes a tentação de fazer frente a esse “divórcio” através duma linha de inovações nas áreas da informação, comunicação, relações públicas, imagem, transparência, “aberturas” institucionais, etc. Creio que não é sobretudo disso – embora o possa ser também – que os europeus precisam: não é apenas uma Europa que seja mais “perceptível”, melhor “explicada” e melhor “vendida” que faz falta aos cidadãos para que a Europa lhes diga mais.

Para a Europa ser mais apreciada pelos europeus, julgo que é necessário que ela apresente um “valor” crescente para a vida dos cidadãos, e que esse valor seja percebido como um “mais” – um claro “mais” – em relação às capacidades do Estado nacional. A Europa deve fazer prova quotidiana do “valor acrescentado” que representa – não só no domínio económico e monetário, onde isso é visível, também na luta contra o terrorismo e o crime, na educação, na defesa do ambiente, no emprego, nos direitos sociais.

Mais do que preconizar uma Europa “simpática”, acessível ou transparente, é decisivo batermo-nos por *uma Europa realmente “amiga” dos cidadãos – uma Europa valiosa para a vida dos europeus.*

3. Vários países não-europeus têm influência dominante ou relevante na evolução dos assuntos globais. Alguns países europeus têm formas várias de presença ou de influência à escala mundial. Porém, a União Europeia, enquanto tal, permanece muito aquém do nível de capacidade que seria necessário para influir eficazmente no andamento das questões globais.

Do ponto de vista, pelo menos, de muitos Estados, a União Europeia é já hoje, sem dúvida, um valor acrescentado em relação à capacidade de projecção externa de cada um deles, isoladamente considerada. Mas a Europa precisa de se erguer acima desse nível de relevância que a torne realmente influente na definição do rumo global. É isso que os europeus esperam, porque se eles se sentirem ausentes dessa definição, por ausência ou irrelevância real, ou suposta, da participação europeia – é óbvio que a Europa terá para eles bem menos importância, efectiva e simbólica.

A projecção de identidade europeia, nomeadamente através do desenvolvimento das políticas externa e de segurança e defesa, é, pois, no estado das questões globais, uma área crítica – como todas as questões identitárias – para o presente e o futuro da Europa. Está em causa, no limite, decidir, em cada dia, entre uma Europa globalmente irrelevante – e *uma Europa globalmente relevante.*

4. A Europa deve manter unidade e coerência em torno dos seus princípios e do seu modelo. Não deve procurar reparar senão o que esteja estragado. Não deve introduzir entorses inovadoras onde a sua tradição seja digna e recta.

Deve preservar-se naquilo que é Europa – igual dignidade dos seus povos e Estados, alto padrão de exigência democrática, coesão, um modelo social com solidariedade, nomeadamente entre gerações, defesa do ambiente. É disso que falamos quando falamos de Europa – e não doutra coisa!

Para prosseguir com sucesso, a Europa não pode “arrepender-se” em relação a nenhuma dessas dimensões do seu trajecto e da sua convicção. Se o fizesse, dela se poderia dizer, com Nietzsche, que tinha sido fraca duas vezes. A força da Europa no presente requer coerência. Uma Europa incoerente, que se afastasse numa área ou outra do seu património, atentaria contra a sua credibilidade e por isso reduziria, em última análise, a sua força. Uma União forte, no presente e no futuro, não pode ser uma União ziguezagueante: só pode ser uma *União fiel aos seus princípios*

5. No momento em que a União Europeia se prepara para se alargar e vencer divisões herdadas do passado, importa valorizar esse alargamento como uma “re-união” da Europa e uma genuína superação das sequelas dum período histórico que deixou fortes marcas no continente europeu. Mas esse alargamento deve fazer-se com inteiro respeito pelos

NÓS, OS EUROPEUS

CONTRIBUTO PARA UM DISCURSO SOBRE A EUROPA

princípios, objectivos e compromissos assumidos.

O alargamento tem de poder ser visto por todos como um autêntico “ganho europeu”, sem atribuição de consequências iníquas que diminuíssem ou comprometessem essa dimensão europeia e o próprio alcance histórico desse processo.

Não é do espírito europeu em relação à “re-união” histórica, colocar a aritmética ou a intenção em primeiro lugar. Espírito europeu é antes o de *preparar e prosseguir o alargamento na fidelidade a valores, princípios, objectivos, compromissos.*

6. Mais democracia e mais eficácia são duas exigências repetidamente formuladas – e sentidas – em relação às instituições europeias.

Uma das tendências mais expressivas, nos últimos anos – para não referir mais do que uma – tem sido o papel crescente dos Parlamentos nacionais na construção europeia.

Órgãos constitucionais que, no passado, quase só, depois de tudo negociado, aprovavam para ratificação os tratados, enquanto depositários da soberania nacional, têm hoje uma nova atitude e uma legítima ambição.

Muito se tem falado numa “Constituição europeia” – fundamentalmente como “produto” a alcançar. Mas poder-se-ia também falar, hoje, duma nova exigência, já adquirida, do “processo constitucional”, ou do “do processo preparatório dos tratados constitucionais”: o de que os Parlamentos nacionais intervenham, em fase anterior, na elaboração das próprias opções estruturadoras do(s) tratado(s) constitucionais (a ratificar mais tarde pelos mesmos Parlamentos, numa espécie de votação global final).

Esta linha – onde se inscreve a Convenção que proximamente inicia os seus trabalhos – é uma das que se podem revelar mais fecundas para a definição do futuro institucional da Europa.

Dir-se-ia, pois, que uma expressão da clássica reivindicação de mais democracia e eficácia na esfera institucional se coloca agora assim: os *Parlamentos nacionais já não estão apenas no fim da linha a aprovar os tratados europeus, estão também na própria génese deles, na elaboração, em “convenção”, das opções que os estruturam.*

Nós, socialistas, não devemos apenas participar activamente nesta evolução institucional em marcha na Europa. Devemos ver e desenvolver nela potencialidades para *uma afirmação, em maior, dos princípios e aspirações a que, numa palavra, nos habituámos a chamar Europa.*



ALBERTO COSTA

SOBRE A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL PORTUGUÊS



ALBERTO MARTINS

Os sistemas eleitorais assentam, desejavelmente, num equilíbrio entre governabilidade, proporcionalidade e representação. Ora, só se justifica colocar a exigência democrática da sua revisão quando um (ou vários) destes três eixos entra em crise.

Em Portugal, apesar dos acontecimentos recentes, não se pode falar de uma permanente crise de governabilidade. Também não se verificam grandes desvios à proporcionalidade.

O que temos são sinais que indiciam problemas de representatividade e de legitimidade das instituições políticas que se traduzem num aumento da abstenção eleitoral, numa quebra da identificação partidária, numa crescente distância face ao poder e numa progressiva desconfiança em relação às instituições democráticas. Isto com a agravante, ainda, destes indicadores serem acompanhados por baixos níveis de participação cívica.

Recentemente, e no âmbito do programa de trabalhos da Equipa de Missão para a Organização e Funcionamento da Administração do Estado, procedeu-se a uma avaliação das atitudes da opinião pública em relação ao funcionamento dos serviços públicos e às reformas administrativas operadas nos últimos anos, com base num inquérito por questionário aplicado pelo Centro de Sondagens da Universidade Católica, nos dias 7, 8 e 22 de Julho de 2001¹.

Um questão relevante para enquadrar a análise da imagem dos serviços públicos estava na comparação da confiança na Administração Pública com a confiança em outras entidades privadas, públicas e políticas.

Ora os dados observados só vêm confirmar esta preocupação com a qualidade da democracia: a Assembleia da República e os partidos políticos são, de acordo com aquele estudo, as instituições em que os portugueses menos confiam. Entre as cinco instituições que os inquiridos mais confiam em média, entre as quais está a Administração Pública, encontram-se três tradicionais (Forças Armadas, Banca, Ordens Profissionais) e outra que, existindo antes da institucionalização da democracia, funcionava sem liberdade (a comunicação social). Abaixo da Administração Pública ficam os parceiros sociais e, para além das referidas instituições políticas, as seguradoras, e os grandes grupos económicos. Nesse mesmo estudo de opinião, voltámos a encontrar motivos de preocupação com a saúde do sistema político quando se tratou de avaliar o já referido nível de identificação com os partidos políticos: para 53,7 por cento dos inquiridos, não há nenhum partido político do qual cada um se sinta próximo.

Assim, consolidada a democracia, mas confrontados com estes indicadores de crise de representação, julgo que terá chegado o

momento de introduzir aperfeiçoamentos na Lei Eleitoral para a Assembleia da República, sem pôr em causa o método de Hondt, a proporcionalidade do sistema e os seus objectivos essenciais. Contudo, tratando-se aqui das regras do jogo democrático, nunca se poderá avançar para uma reforma eleitoral sem assegurar previamente os necessários consensos sociais e políticos. Desde 1997, o Governo do Partido Socialista envolveu universidades, comunicação social e partidos políticos num intenso processo de discussão pública. Em 1998, o debate chegou à Assembleia da República, tendo a reforma ficado bloqueada por divergências secundárias em torno do número de deputados.

A pesar disto, nos programas eleitorais de 1999, voltámos a encontrar um assinalável consenso político-partidário em torno do essencial, isto é, a necessidade de mais personalização e responsabilização na representação parlamentar. Contudo, e apesar daquilo que consideramos ser os méritos inerentes a esta tensão reformista, não se pode pretender iludir ninguém. Não se pode exigir ao Sistema Eleitoral aquilo que o Sistema Eleitoral, por si só, não pode garantir.

O que se pode pretender é que a reforma do Sistema Eleitoral seja acompanhada por um pacote de reformas institucionais que, no conjunto, contribuam para melhorar a relação dos cidadãos com o sistema democrático. E entre essas reformas, destaco as mudanças ao nível do financiamento dos partidos e das campanhas, do sistema político local, do funcionamento da Assembleia da República e da organização dos Partidos Políticos.

Aprovadas as mudanças no modelo de financiamento dos partidos e das campanhas, com a proibição de financiamentos de pessoas colectivas, na eleição do Presidente da República, com o voto presencial dos emigrantes, ou no sistema eleitoral local, com as candidaturas de cidadãos eleitores, estava agendada uma discussão pública em torno de um novo anteprojecto de revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República.

Na sequência da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República, o debate parlamentar foi adiado, mas não perdeu o sentido.

É certo que há, cada vez mais, quem defenda que o principal problema da nossa democracia está no funcionamento do sistema partidário e não tanto no sistema eleitoral. Nas sociedades da informação, é urgente que as organizações partidárias, tal como tem feito a própria Administração Pública, abandonem os velhos modelos burocráticos centralizados e se transformem em espaços públicos democráticos, abertos à sociedade civil.

Mas sou daqueles que pensam que é também necessária a pressão externa das reformas institucionais democráticas para que as organizações partidárias acentuem a sua inevitável dinâmica de mudança.

Assim, em próxima legislatura, são identificáveis duas grandes prioridades em matéria de reformas políticas: uma nova lei eleitoral da Assembleia da República e uma nova Lei dos Partidos.

Seguramente que a nova lei eleitoral e no quadro de um sistema proporcional, com círculos uninominais, deverá assegurar:

- uma distribuição dos deputados por três níveis de círculos: círculos nacional e distritais e círculos uninominais de candidatura, mantendo-se nos actuais moldes os círculos da Madeira, Açores e Emigração;
- a consagração no processo eleitoral no estrangeiro do princípio da presencialidade do voto;
- as medidas de discriminação positiva que potenciem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso a órgãos electivos;
- a discussão pública e regulação de experiências piloto que visem o exercício do voto com recurso a meios electrónicos;
- o alargamento do voto antecipado a membros de delegações oficiais e estudantes do ensino superior deslocados em Portugal e no estrangeiro
- a redução ao mínimo das situações de substituição temporária dos deputados;
- uma melhor precisão da incompatibilidade entre cargos executivos autárquicos e o mandato parlamentar.

Por outro lado, a nova Lei dos Partidos terá de responder:

- ao princípio da separação de poderes garantindo a independência dos órgãos de jurisdição e fiscalização;
- à exigência da participação directa dos militantes na selecção dos candidatos às diferentes eleições;
- à proporcionalidade na eleição das assembleias representativas;
- à realização de eleições e referendos por sufrágio universal e secreto;
- à fixação de mínimos razoáveis para a extinção e constituição de partidos políticos.

¹ Da amostra pretendida de 1100 inquéritos para validados 1048. As entrevistas foram feitas pessoalmente. O erro máximo da amostra, com um nível de confiança de 95%, é de 3,03%.

Falar é fácil, fazer é que é difícil. Prometer não custa, cumprir sim. São truísmos de todos conhecidos, é certo, mas de que alguns se esquecem quando lhes convém.

PROMETER É FÁCIL

O Dr. Durão Barroso propõe-se realizar um feito nunca visto: baixar os impostos, subir as pensões e reduzir o défice. É o que se chama fazer a quadratura do círculo. Estamos perante um verdadeiro artista do malabarismo político!

O assunto seria irrisório, se não mexesse com o bolso de todos e cada um de nós, logo, com a qualidade de vida dos portugueses e com o futuro do País.

As propostas não mereceriam ser levadas a sério, se não fossem apresentadas pelo líder do segundo maior partido e, por isso, candidato a primeiro-ministro.

Nestas circunstâncias, quanto mais disparatadas forem as promessas, mais contestadas devem ser. Quanto mais favorecerem os cidadãos que vivem melhor (e consequentemente, penalizarem os que mais precisam do apoio do Estado), mais denunciadas devem ser por quem tem preocupações de justiça social.

Que credibilidade tem andar a pintar de negro a situação económica do país e ao mesmo tempo vir prometer reduzir o IRS e o IRC? É que, de acordo com as contas dos especialistas, estas propostas fiscais - anunciadas com pompa e circunstância pelo líder do PSD como o grande remédio para os nossos males - corresponderiam *grossa modo* a uma redução da receita na ordem dos 700 milhões de contos. É caso para perguntar ao autor de tão estapafúrdia ideia o que se propõe fazer para compensar tal rombo. Qual o sector que vai sacrificar? A Saúde? A Educação? A Segurança? As Obras Públicas? A Cultura? A Habitação Social? Ou serão os aumentos da Função Pública? As reformas? A modernização da Administração Pública? Quando o cobertor encolhe, é preciso dizer-se quem mais vai ficar destapado. Vindo de quem vem, não é difícil adivinhar quem vai pagar a factura. Como no filme "Casablanca", também neste caso serão os «suspeitos do costume» a pagar, isto é, os mais desfavorecidos e a classe média. Os ricos serão os únicos a beneficiar da "crise".

Se estas medidas visassem introduzir uma maior justiça na tributação, isto é, se lesvassem os cumpridores a pagar menos impostos e os faltosos a cumprirem as suas obrigações, seriam bem-vindas. Ora, não é nada disto que pretende o Dr. Durão. Pelo contrário, a sua "reforma fiscal" beneficia os que ganham mais e, portanto, os que menos precisam.

E com uma agravante que tem sido praticamente omitida (porque convém que apenas se fale de redução do IRS e do IRC, ainda que geradora de maiores desigualdades), que é o aumento do IVA em 2 por cento. O que significa que os portugueses vão ser obrigados a "compensar" - pagando o inevitável aumento do custo dos bens de consumo que terão de adquirir - os benefícios fiscais de que vão usufruir uns quantos bem colocados na vida.

São estas as preocupações sociais do Dr. Durão Barroso!

Falar é fácil, fazer é que é difícil. Prometer não custa, cumprir sim. São truísmos de todos conhecidos, é certo, mas de que alguns se esquecem quando lhes convém. Lamentavelmente, a coerência não é prática corrente em tempo de campanha eleitoral. E para quem vale tudo, incluindo prometer tudo a todos, a coerência transforma-se em espertilho insuportável que facilmente se atira às urtigas para que se pique quem a queira recuperar.

É preciso dizer a verdade aos eleitores para que eles possam escolher em consciência e não comprem gato por lebre.



EDITE ESTRELA

A justiça fiscal do PSD faz-se através do aumento dos impostos das famílias de classe média e mais carenciadas, que recorrem mais ao consumo, desagravando os impostos das mais ricas. Uma espécie de Robin dos Bosques pró-Ricos.

O RAPTO

Qualquer campanha eleitoral por mais cautelosa que seja implica um elevado grau de imprevisibilidade e alguns riscos políticos. As condições atmosféricas; os imprevistos espontâneos ou "espontaneamente organizados"; as mobilizações; as "gaffes" e a intervenção dos adversários políticos na afirmação da sua estratégia constituem factores imprevisíveis. E se o papel do famigerado aparelho é o de contribuir para a eliminação de factores de incerteza, sem colocar em causa a verdade, a razão e a emoção que devem estar presentes na actividade política, há riscos que dificilmente são superados. O silêncio pode ser uma forma de contornar o risco de fazer propostas, de anunciar medidas ou assumir compromissos. O a gestão meticulosa do silêncio parece ser a estratégia de fundo do líder do PSD. Uma estratégia que procura afirmar a convicção de que Barroso será primeiro-ministro, não se sabe quando, provavelmente no momento em que, por omissão, o poder lhe cair nos braços. Esquece-se, o PSD e Dr. Barroso, que não está sozinho em campo, que há milhares de homens e mulheres determinados em afirmar o projecto político do PS. Há um amplo conjunto de cidadãos determinados em afirmar a política pela acção e impedir que alguém possa obter o que quer que seja por omissão.

Senão, vejamos alguns episódios dos riscos que o líder do PSD corre.

Por mais estudos que existam e por melhores que sejam as equipas, nada resiste à palavra do homem que nunca tinha dúvidas e raramente se enganava. O líder do PSD anunciou com pompa e circunstância a privatização da Caixa Geral de Depósitos. Sim, a mesma entidade bancária que emprestou dinheiro a milhares de portugueses para aquisição de habitação própria e que, pela sua intervenção, impediu os ímpetus neoliberais defensores da introdução de uma taxa bancária no uso do Multibanco. Cavaco discordou, Barroso recuou.

A lógica populista parece querer apoderar-se da campanha de Durão Barroso, em matéria de co-incineração, disse durante muito tempo ser contra, diz que o PSD vai revogar o processo de co-incineração, afirmou que existem alternativas, admitindo, por último, que a construção de uma incineradora dedicada pode ser uma das soluções. Para ser sério, só faltou dizer qual dos 308 concelhos do País deverá acolher a tal co-incineradora dedicada.

Propôs a redução do número de deputados, por ser politicamente correcto, mas defendeu a criação de um Senado, que em custos de organização e funcionamento seria mais oneroso que o custo do número de deputados reduzidos.

A ânsia de privatizar e de revogar leis, projectos e direitos adquiridos poderá significar que a segurança social, como a conhecemos actualmente poderá deixar de existir; que

o rendimento mínimo garantido será extinto e que haverá todo o espaço do Mundo para que as políticas neoliberais imponham as suas regras.

Defendeu a redução da taxa de IRC e do IRS no escalão mais elevado (40 por cento para 35 por cento) compensando a perda de receitas com um aumento de um a dois pontos a taxa máxima de IVA (17 por cento), isto é, ajudar os que ganham mais para onerar a generalidade dos cidadãos. A justiça fiscal do PSD faz-se através do aumento dos impostos das famílias de classe média e mais carenciadas, que recorrem mais ao consumo, desagravando os impostos das mais ricas. Uma espécie de Robin dos Bosques pró-Ricos.

Durante a digressão fotográfica por algumas capitais europeias, o Dr. Barroso confundiu as expectativas de que Portugal fosse mais um País a mudar de Governo para um Partido da família política de Chirac ou Aznar. Se o entusiasmo é tanto não se percebe porque não foi a Copenhaga, onde o Governo liberal-conservador decidiu reduzir a ajuda ao mundo-terceiro em 201 milhões de euros, certamente por imperativos de consciência social.

A continuar por este percurso, o líder do PSD, Dr. José Manuel Durão Barroso corre um sério risco: o de ser raptado pela equipa de "marketing político" do PSD.



ANTÓNIO GALAMBA

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Os nossos cabeça de lista vão ter o seu primeiro encontro no próximo sábado no Centro Cultural de Belém em Lisboa, onde deverá ser trabalhada a estratégia eleitoral em cada um dos círculos, analisados os contornos globais da campanha e afinado o discurso político.

Na qualidade de candidato a primeiro-ministro, Ferro Rodrigues desloca-se segunda-feira, 11 de Fevereiro, a Bruxelas e a Madrid, onde se reunirá com o Presidente da Comissão, Romano Prodi, e José Maria Aznar, presidente em exercício do Conselho. As questões europeias da actualidade marcarão as agendas dos encontros.

O primeiro-ministro, António Guterres, preside na sexta-feira, dia 8, à cerimónia de encerramento das comportas da Barragem de Alqueva, descerrando uma placa alusiva ao acontecimento que corresponde ao cumprimento de uma promessa eleitoral da governação socialista. A cerimónia contará com as presenças dos ministros do Planeamento, Elisa Ferreira, da Agricultura, Capoulas Santos, do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, da Economia, Braga da Cruz, e da Cultura, Santos Silva.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, desloca-se em visita de Estado ao Reino Unido, de 12 a 14 de Fevereiro, tendo previstos encontros com o primeiro-ministro Tony Blair e com a Rainha Isabel II.

O ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, estará no sábado em Tomar para proceder a mais um lançamento do Programa Polis que visa a recuperação e a requalificação urbana.

Com a presença do secretário de Estado do Turismo, Vitor Neto, tem lugar no domingo o Cross Internacional das Amendoeiras do Algarve.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Lisboa
Museu do Chiado
Tel: 21 343 21 48
Museu Nacional de Arte Antiga
Tel: 21 396 41 51
- Porto
Museu Nacional de Soares dos Reis
Tel: 22 339 37 70
- Coimbra
Museu Nacional da Ciência e da Técnica
Tel: 239 84 03 67
- Bragança
Museu do Abade de Baçal
Tel: 273 32 32 42
- Braga
Museu dos Biscaínhos
Tel: 253 20 46 50
- Caldas da Rainha
Museu de Cerâmica
Tel: 262 84 02 80
- Viseu
Museu de Grão Vasco
Tel: 232 42 20 49



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

- Director António José Seguro
Director-adjunto Silvano Gomes da Silva
silvanogomes@partido-socialista.pt
- Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas
Grafismo Miguel Andrade
- Redacção J.C. Castelo Branco
castelbranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
- Secretariado Sandra Anjos
sandraanjos@partido-socialista.pt
- Paginação electrónica Francisco Sandoval
fsandoval@partido-socialista.pt
- Edição electrónica Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval
- Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt
- Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240
- Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
- Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados

